

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CEDI - P. I. B.
DATA 19/08/86
COD YA/D09

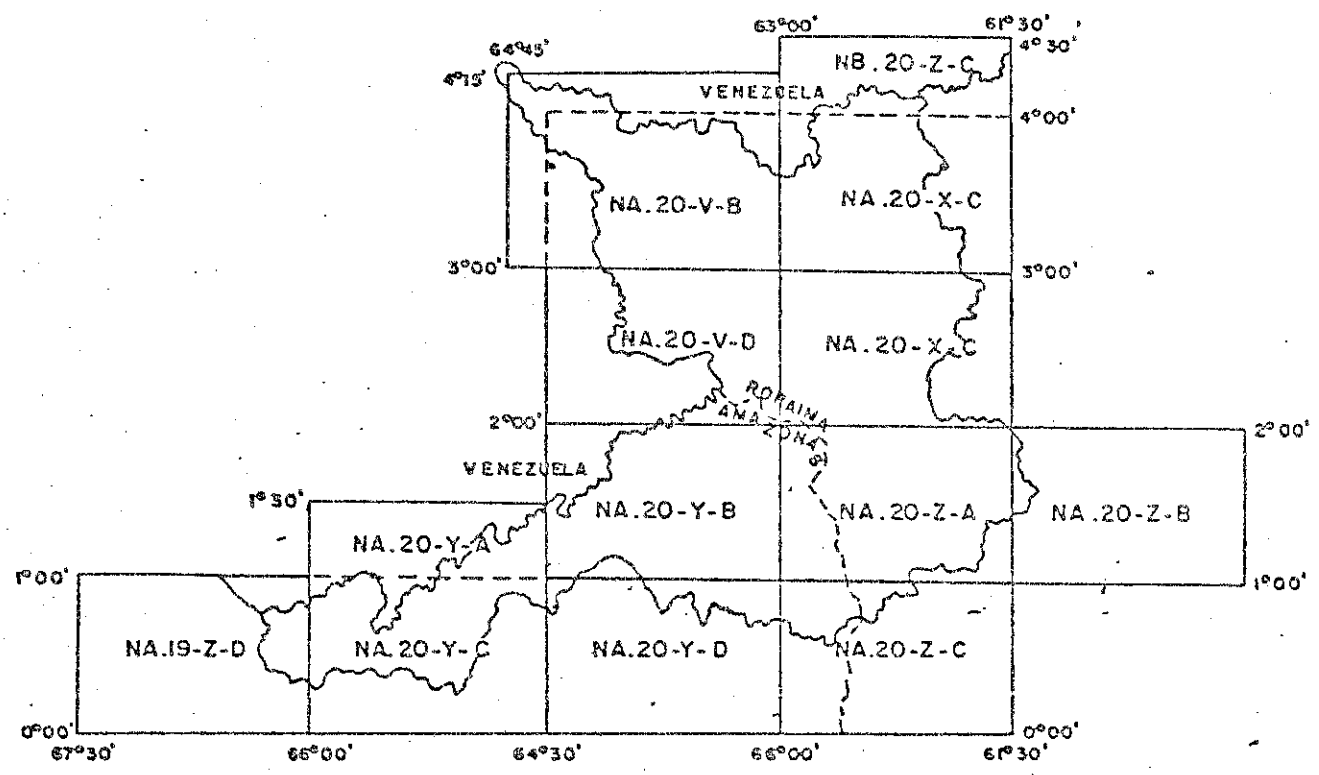
PARQUE INDÍGENA YANOMAMI

Brasília, março de 1980

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

<u>ÍNDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
<u>MAPA</u> - Parque Indígena Yanomami :.....	02
<u>OBJETIVOS</u> :.....	03
<u>SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS</u> :.....	04
- Descrição dos Yanomami :.....	04
- Mapa - Sub-Grupos Linguísticos dos Indígenas Yanomami	05
- Mapa - Vales dos Rios Catrimani, Ajaraní, Apiaũ e Mucajaí :.....	14
- Situação do Contrato :.....	15
- Infraestrutura Existente :.....	25
<u>CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA REGIÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI</u> :.....	28
<u>JUSTIFICATIVAS DE CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI</u> :...	35
- Defesa e Sobrevivência das Populações Indígenas :.....	35
- Conservação do Estado de Bem Estar Físico, Mental e Social :.....	43
- Interesse de Segurança Nacional :.....	44
- Defesa da Ecologia da Região Norte-Amazônica :.....	47
<u>PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI</u> :.....	49
- Memorial Descritivo da Área :.....	49
- Infra-estrutura do Parque :.....	60
<u>REFERÊNCIAS CITADAS</u> :.....	62
 ANEXOS :- 8 (oito) cartas na escala de 1:250.000 contendo a área do PARQUE YANOMAMI	
- 3 (três) cartas na escala de 1:1000.000 contendo a interpretação temática da área do PARQUE YANOMAMI	
- 1 (hum) carta na escala de 1:1000.000 contendo a plotação das Aldeias indígenas.	

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI



OS OBJETIVOSOBJETIVO GERAL

Garantir a sobrevivência física e cultural dos grupos indígenas genericamente denominados Yanomami, com a criação do PARQUE INDÍGENA YANOMAMI, com extensão suficiente em área contínua.

OBJETIVOS ESPECÍFICOSControle de Saude

Assistir as populações indígenas YANOMAMI no aspecto médico-sanitário

Ecologia

Manter o equilíbrio ecológico da região, preservando seus ecossistemas.

Segurança Nacional

Garantir o controle e proteção da região.

Recursos Naturais

Garantir a conservação dos recursos naturais da região.

SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

DESCRIÇÃO DOS YANOMAMI

Histórico da ocupação

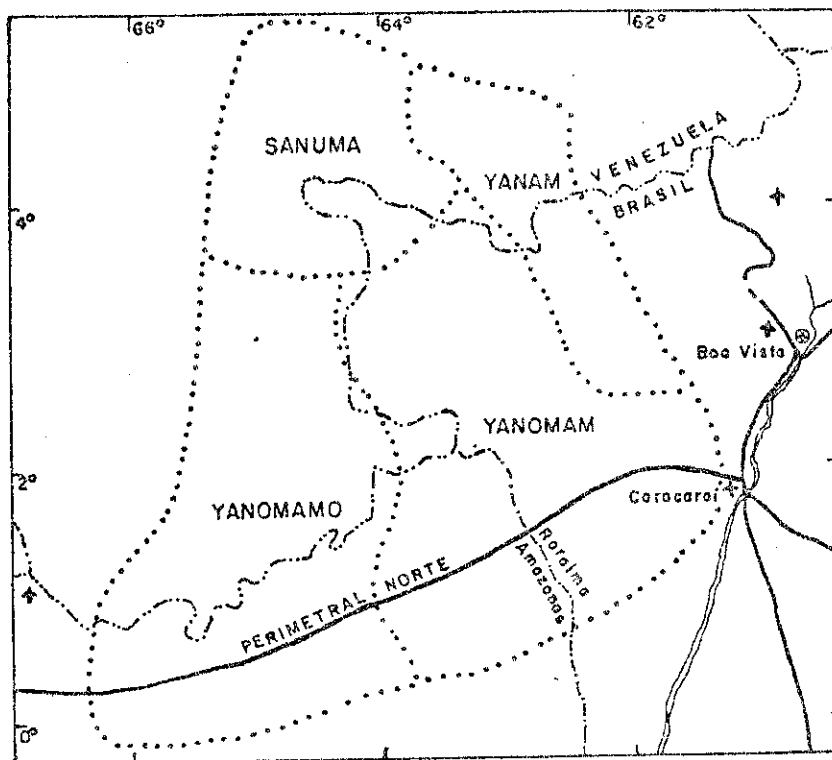
Os Yanomami são considerados como o grupo étnico mais antigo da América do Sul. Evidências de ordem linguística e hematológica indicam que estes Índios já ocupavam o seu atual território antes mesmo de haverem ocorrido ondas migratórias para a região, por parte de outras etnias, em séculos passados.

Os Yanomami apresentam-se hoje subdivididos em quatro línguas principais que, embora distintas, são mutuamente inteligíveis (Migliazza: 1972). Pelo método da glotocronologia, sabe-se que seriam necessários cerca de três mil anos para que a língua original se subdividisse nas quatro línguas modernas. Uma vez que os falantes dessas quatro línguas vivem hoje relativamente próximos uns dos outros, supõe-se que originalmente os Yanomami tenham ocupado um território bem maior do que o atual, que permitisse a dispersão geográfica e a consequente diversificação linguística (Smole: 1976).

Por sua vez, dados hematológicos demonstram que os Yanomami não estão geneticamente relacionados com nenhuma outra etnia indígena em toda a Amazônia (Spielman: 1979). Uma das implicações deste fato é a possibilidade de que este povo tenha chegado à América do Sul antes dos ancestrais dos demais povos indígenas sul-americanos. Isto nos leva a considerar os Yanomami como tendo uma posição única e excepcional, colocando-os como os primeiros habitantes do continente.

SUB-GRUPOS LINGÜÍSTICOS DOS INDÍGENAS YANOMAMI

(CONFORME MIGLIAZZA, 1972)



- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- ⋯⋯⋯ ÁREAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS YANOMAMI

A tradição oral Yanomami indica que o ponto de dispersão original teria sido a região da Serra Parima, junto à qual se encontra hoje a maior concentração Yanomami do Brasil.

A região do território Yanomami começou a ser historicamente documentada a partir do século XVIII.

- Em 1787, a Comissão de Limites Portuguesa (Gama Lobo d'Almada) assinala a presença de índios "Oayacas" (Waika) na região das cabeceiras do Rio Parima (ver Coudreau: 1887);
- Em 1838-1839, R.H. Schomburgk encontrou índios Xirixana nas regiões dos Rios Parima, alto Uraricoera e Ilha de Maracã (Schomburgk: 1841);
- Em 1860, A. von Humboldt assinala a presença de Waika na região do Rio Orinoco (Humboldt: 1860);
- Em 1912, T. Koch-Grünberg encontrou Waika na região dos rios Uraricoera, Aracã, Mararí, Marauia e Cauaburis (Koch-Grünberg: 1912-1922);
- Em 1919-1920, A. Hamilton Rice assinala a presença de Waika na região dos rios Orinoco, Parima e Uraricoera (Hamilton Rice: 1921-1928);
- Em 1929-1930, G. Salathé encontrou índios Karimé (grupo local Yanomami) na região do médio Catrimani (Salathé: 1932);
- Em 1930, D. Holdridge localizou Waika na região dos rios Catrimani e Demini (Holdridge: 1930);
- Em 1944, A.C. Ferreira Reis, sobrevoando a área, constatou a presença de malocas Waika na região dos rios Lobo de Almada, Toototobi, Mucajaí, Mapulaú e Catrimani (Ferreira Reis: 1944);
- Em 1944, igualmente, Brás Dias de Aguiar constatou a presença de Waika na região dos rios Catrimani, Lobo de Almada, Toototobi, Mucajaí e Mapulaú (Brás Dias de Aguiar: 1944).

Os dois últimos autores faziam parte da Comissão de Limites Brasileiro-Venezuelana.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

A partir dos anos cinquenta, são inúmeras as referências sobre o território Yanomami (Vide bibliografia de Zerries: 1974 e Migliazza: 1972). Nessa época, começam a ser instaladas na área as primeiras missões protestantes e católicas.

Muitos documentos comprovam a presença dos Yanomami em território brasileiro, na região do divisor de águas da bacia Amazônica. A tradição oral dos Yanomami corrobora esses documentos históricos, fornecendo, além disso, maiores detalhes sobre as suas migrações e expansão geográfica (Bioca: 1968; Migliazza: 1972; Taylor: 1974; Becher: 1974; Ramos e Albert: 1977 e Andujar: 1978).

Características Gerais

Em toda a América do Sul, os Yanomami representam o maior grupo étnico ainda não aculturado, vivem do sua cultura tradicional quase que integralmente. Até recentemente, os Yanomami haviam estado a salvo de contatos maciços com a sociedade ocidental. Esta situação de relativo isolamento face ao mundo não indígena deve-se em grande parte às dificuldades de acesso à região onde vivem. Cadeias de montanhas, rios encachoeirados, revestimento florestal denso e praticamente contínuo, muito têm contribuído para que a grande maioria dos Yanomami tivesse conseguido chegar a meados do século XX virtualmente intocados pelos efeitos desagregadores de um contato direto e indiscriminado com populações regionais.

Assim, a maioria dos contatos que os Yanomami vinham mantendo até os anos 70, com elementos ocidentais, envolviam apenas indivíduos ou pequenos grupos de pessoas com interesses diversificados e, muitas vezes, a curto prazo. Além de missionários, cuja presença em alguns pontos do território Yanomami é praticamente constante, outros agentes do mundo ocidental incluem caçadores de peles, seringueiros, castanheiros, representantes governamentais (FAB - Força Aérea Brasileira, Ministério da Saúde, Comissão de Demarcação de Fronteiras) e cientistas, tais como antropólogos, botânicos, geógrafos, etc. (Ramos: 1979).

Distribuição Geográfica e População

A área atualmente ocupada pelos Yanomami fica envolvida por um quadrado que tem como limites: ao sul, o equador, ao norte, o paralelo 5º N. a oeste, o meridiano 67º W e a leste, o meridiano 61º 30' W. Os levantamentos já efetuados na área estimam de 10.000 a 12.000 índios Yanomami somente na parte brasileira da área que efetivamente ocupam; somados aos demais Yanomami que vivem na Venezuela, estes índios formam indubitavelmente o maior grupo étnico da América do Sul que ainda mantém

suas características culturais próprias e essencialmente intactas. Esta estimativa está baseada: 1) em levantamentos aéreos realizados pelo radam em 1975, localizando as aldeias em Roraima e no Amazonas; 2) no levantamento aéreo efetuado pela FUNAI em julho de 1977, cobrindo aldeias também em Roraima e no Amazonas; 3) em relatórios de missões; 4) nos dados utilizados pelo antropólogo Kenneth Taylor; 5) em levantamentos posteriores realizados pela FUNAI.

O número de malocas Yanomami no Brasil está calculado em cerca de 192, estando a maior concentração demográfica localizada na Serra das Surucucus, segmento da Serra Parima, no Maciço das Guianas. A população Yanomami em Surucucus está estimada em 4.500 índios (Taylor : 1979), embora em relatório da FUNAI de 1979 conste a cifra de 6.000 (Relatório da 10ª Delegacia Regional).

Quanto à presente distribuição espacial dos Yanomami, tudo indica que a região da Serra Parima, incluindo Surucucus, representa atualmente um centro de dispersão demográfica, ponto do qual migrações lentas e pouco perceptíveis a curto prazo vêm há tempos ocorrendo e continuarão a se processar em décadas vindouras (Smole : 1976).

Ao se deslocarem geograficamente, os Yanomami preferem zonas interfluviais, construindo suas aldeias e roças próximo a nascentes ou pequenos cursos d'água; geralmente procuram terrenos em ligeiro declive, onde as diversas plantas que cultivam se beneficiem de um zoneamento natural em níveis diversos de altitude, o que permite um maior aproveitamento das condições de drenagem e de nutrientes com um mínimo de competição entre as várias espécies.

Por razões de ordem ecológica, etnohistórica, etnopolítica e social, a ocupação geográfica dos Yanomami apresenta-se, num dado momento histórico, de maneira heterogênea, algumas áreas com baixa, outras com alta densidade demográfica e ainda outras não ocupadas (Smole : 1976). É necessário frisar, entretanto, que essas áreas aparentemente "vazias" não são necessariamente abandonadas, mas, ao contrário, como veremos adiante (Justificativas), são parte integrante da dinâmica adaptativa dos Yanomami às condições ecológicas especiais da floresta amazônica.

Organização Social e Econômica

Existe bastante variação nas habitações Yanomami. Na sua maioria, as aldeias são compostas de uma grande maloca de forma cônica ou em círculo aberto para o céu. Encontram-se também comunidades compostas de várias malocas cônicas ou circulares construídas em fases diferentes da história da comunidade e, entre o subgrupo do extremo norte de Roraima, as casas são pequenas, múltiplas, retangulares, dispostas livremente no terreno, sem obedecer a um plano geométrico fixo. Qualquer que seja o seu formato, uma aldeia Yanomami via de regra contém de 30 a 150 habitantes. Cada casa está dividida em um número variável de compartimentos familiares que constituem o núcleo doméstico de famílias elementares ou extensas.

As aldeias mais próximas mantêm entre si relações sociais e rituais frequentes, formando conjuntos de grupos locais ligados por interação constante que implica em direitos e obrigações mútuos (Lizot: 1971; Chagnon: 1968). Nas comunidades Yanomami conhecidas no Brasil, os membros de uma aldeia apresentam-se como um grupo coeso e cooperativo em atividades econômicas, rituais e políticas. As relações entre aldeias envolvem prestações mútuas de serviços, troca de bens, intercâmbios matrimoniais, alianças políticas e participação cerimonial e religiosa. Da movimentação entre aldeias ou conjuntos de aldeias depende, portanto, a dinâmica e o equilíbrio da vida econômica e social das comunidades Yanomami. Essa movimentação envolve frequentemente contatos intensos e prolongados entre aldeias que distam de um a cinco dias ou mais de viagem a pé pela floresta ou, mais raramente, de canoa. Em termos de distância linear, isto equivale a cerca de 10 a 100 quilômetros.

Muito embora não exista entre os Yanomami o conceito de propriedade da terra, como esta é conhecida no mundo ocidental, é consenso geral de que cada aldeia tem direito a explorar os recursos de um dado território, no qual os seus habitantes praticam a agricultura, a caça, a pesca, a coleta. Esse consenso é raramente infringido e quando o é, existem mecanismos internos que asseguram uma compensação paga pelos infratores. Por exemplo, o produto de caça realizada em território alheio é entregue, em parte ou inteiro, aos membros da aldeia que usufrui desse território, se assim estes estipularem.

O sistema de plantio dos Yanomami segue o padrão praticado pelas demais populações indígenas da Amazônia, que é a agricultura de coivara ("slash and burn"). Utilizam, de preferência, terras recobertas por floresta, virgem ou regenerada, onde as roças são feitas em círculo e, se houver declive, as plantas são distribuídas por espécie de acordo com os níveis do terreno, a saber: mandioca, algodão nas partes mais altas, bananas, fumo, tubérculos, na parte mais baixa. Se o terreno é plano, as plantas são mescladas, o que traz igualmente vantagens em termos de utilização parcimoniosa dos nutrientes, de controle de pragas, etc. Por seu tamanho reduzido, atendendo às necessidades de uma população local pequena, as roças Yanomami não levam à degradação do solo, nem à destruição da floresta. De fato, o tipo de policultura praticada pelos Yanomami tem sido considerada como a mais racional que se conhece, aplicada às condições da floresta tropical, em termos da conservação, não só do solo, como também da fauna, da flora e dos demais elementos do eco-sistema (David Harris: 1977; Meggers: 1971; Brown: 1979; Vanzolini: 1980).

Os índios utilizam, ao redor da habitação, uma área média de 900 m² (novecentos metros quadrados) por pessoa, para abrir roças, onde cultivam mandioca, macaxeira, carã, taioba, batata doce, banana, cana de açúcar, mamão, tabaco e vários tipos de plantas usadas na produção de artefatos, ornamentais e mágicas (Lizot, 1977: 127). Além disso, uma área concêntrica, consideravelmente mais extensa, cujo raio é de aproximadamente 15 Km (quinze quilômetros), o equivalente a três horas e meia de caminhada, a partir da aldeia (Lizot, 1977: 132), é usada para a obtenção de recursos igualmente indispensáveis à dieta Yanomami, mas de distribuição esparsa e/ou aleatória: os produtos de caça, pesca e coleta. Pode-se dizer que, para uma aldeia média, essa área apresenta uma superfície aproximada de 707 Km² (setecentos e sete quilômetros quadrados). Para que se possa compreender a importância dessa área maior, basta notar, por exemplo, que a coleta, embora represente apenas 20% (vinte por cento) dos produtos alimentícios (Zerries: 1974), é uma fonte imprescindível de proteínas vegetais (Lizot: 1977), que equilibram a deficiência dos produtos da roça (tubércu-

los e bananas) é a irregularidade de caça e pesca. A floresta fornece, ainda, a maior parte das matérias primas usadas na produção de artefatos utilizados pelos Yanomami (fibras, cascas, madeiras, tabocas, resinas, folhas, barro, etc.).

As relações de trabalho, obedecendo ao padrão convencional de divisão de tarefa por sexo e idade, são essencialmente simétricas. Os homens dedicam-se à caça, à derrubada da mata para novas roças, ao fabrico de armas, como arco e flechas. As mulheres cuidam da roça, do preparo dos alimentos, do suprimento de água e lenha, do fabrico de cestas. Entretanto, não existe uma divisão rígida de tarefas, pois a grande maioria destas pode ser realizada por ambos os sexos. Por exemplo, a pesca e a coleta podem ser praticadas tanto por homens como por mulheres, sendo muito comum casais trabalharem juntos nestas atividades e também no trabalho dos roçados. Na construção de casas, homens, mulheres e crianças participam nas várias fases de coleta dos materiais, no assentamento da estrutura, do teto, da limpeza final. Há, pois, uma complementação eficiente e necessária na divisão de trabalho entre os sexos, de modo a desencorajar, e mesmo tornar inviável uma atuação isolada e individualista dentro da comunidade.

Na produção de bens e alimentos, portanto, as tarefas são distribuídas pelos membros da família ou da comunidade, de modo a não criar privilégios para alguns em termos de lazer, com a conseqüente sobrecarga de outros membros do grupo. Também na distribuição e consumo de bens e alimentos, o acesso aos recursos, tanto naturais, como beneficiados, é igual para todos os componentes de comunidades Yanomami. Existem padrões de distribuição de caça, por exemplo, que obedecem a cânones estabelecidos pela cultura e que resultam no suprimento alimentício de todos os membros sem discriminação (Taylor: 1974).

Esse tipo de distribuição igualitária não se limita aos membros de uma aldeia. Não é raro haver excedentes de produtos de roça numa dada comunidade. Nesses casos, os donos do excedente convidam membros de uma outra aldeia para partilhar dos alimen

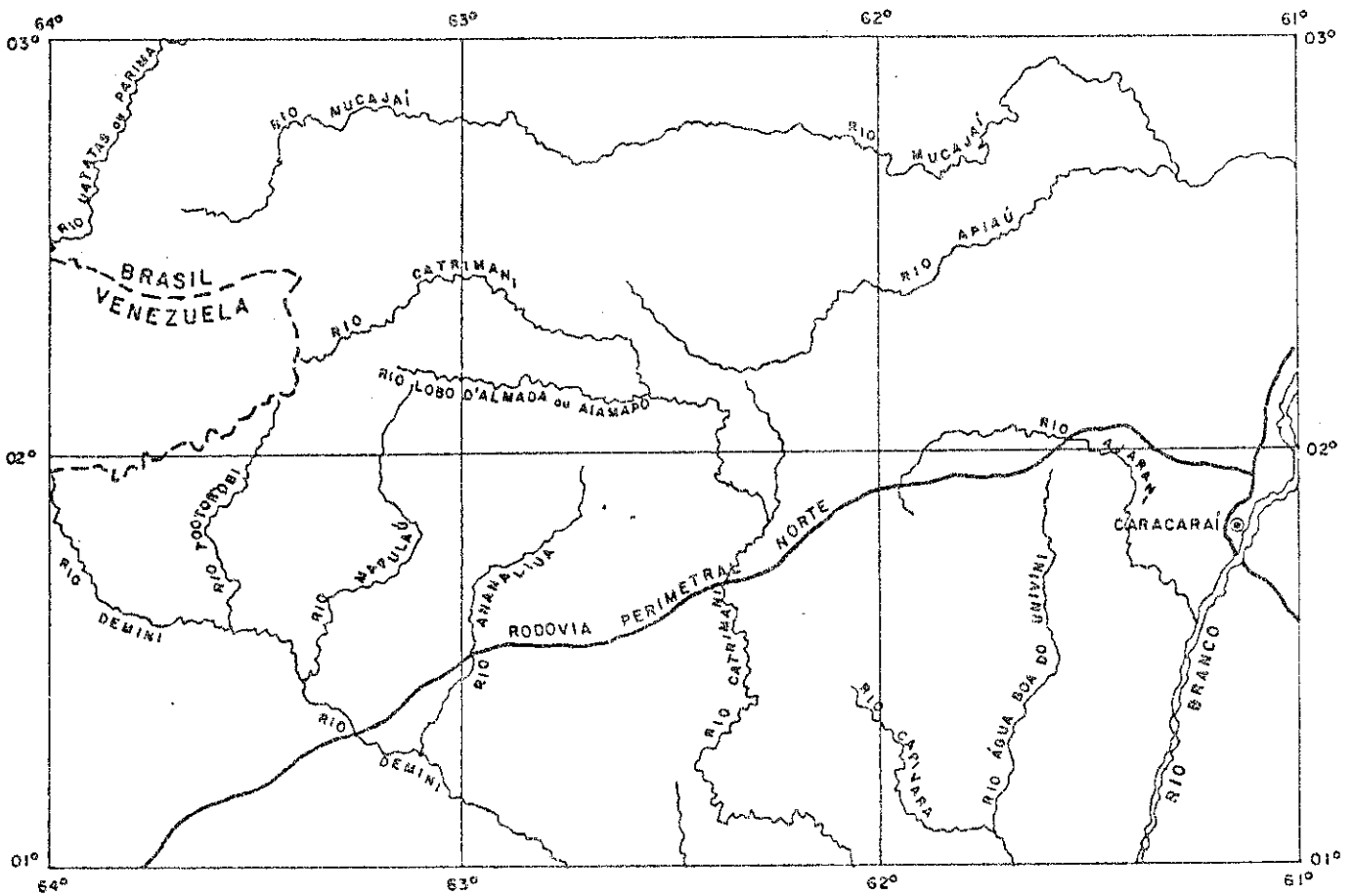
tos. Para isso, a aldeia convidada, que muitas vezes comparece em peso, permanece em visita por várias semanas, ocasião em que se trocam notícias, se arranjam casamentos, se planejam caçadas conjuntas, se solidificam alianças políticas.

Por ocasiões rituais, como nas festas em homenagem aos mortos, a aldeia anfitriã recebe a visita de membros de várias aldeias. Essas cerimônias podem durar de três dias a uma semana. Em etapas pré-estabelecidas, o morto é reverenciado, rixas entre os presentes são postas a público, discutidas e muitas vezes resolvidas, os homens praticam xamanismo, fazem-se danças e cantos diurnos e noturnos, desenvolvem-se duelos estilizados e há, finalmente, a distribuição de grande quantidade de alimentos aos visitantes, além de trocas de objetos entre anfitriões e convidados.

Uma das características mais marcantes da organização social Yanomami é a capacidade de segmentação das aldeias e de proliferação de grupos locais (Chagnon: 1968; Ramos e Albert: 1977). Quando uma comunidade alcança um certo número de pessoas (normalmente quando excede os 50), a tendência é surgir uma rivalidade política em seu seio, de modo a motivar os membros de facções opostas a se separarem. Neste processo, uma parte da aldeia se afasta, instalando-se em local próprio. As relações entre esses dois grupos locais podem manter-se amistosas por algum tempo, mas tenderão a se distanciar cada vez mais, geográfica e socialmente. Desse modo, com uma motivação político-social acentuada, os Yanomami praticam, com efeito, um sistema altamente racional em termos de utilização de recursos naturais. Ao buscarem novos sítios para residência e roças, os membros de grupos dissidentes estão, na realidade, aliviando a pressão demográfica sobre a utilização de recursos de uma dada área, que ficaria sobrecarregada se a população da comunidade original crescesse e permanecesse concentrada no mesmo local por tempo indefinido.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

VALES DOS RIOS: AJARANI
APIAÚ
CATRIMANI
MUCAJAI



ESCALA APROXIMADA 1:2.000.000

SITUAÇÃO DE CONTATO

Até os fins de 1973, os Yanomami gozavam de relativo isolamento que lhes havia poupado o sofrimento e a dizimação que advêm do contato desordenado e em massa com frentes pioneiras. A partir daí, programas de desenvolvimento para a região levaram sérios problemas aos Yanomami. Os principais projetos de desenvolvimento a partir de 1974 foram: construção de estradas, colonização associada à agropecuária e mineração.

Construção de Estradas

Em 1974, a BR-210, denominada Perimetral Norte, corta o sul do território Yanomami (trecho Caracará-Içana, em Roraima e Amazonas), provocando sério abalo nos grupos atingidos por ela. As equipes de desmatamento (sub-empreiteiras da construtora Camargo Corrêa), contratados sem qualquer controle de saúde, penetram maciçamente na região, trazendo as primeiras gripes e o sarampo, mortais para os Yanomami (Comissão pela Criação do Parque Yanomami: 1979).

As comunidades Yanomami mais atingidas pela construção da Perimetral Norte são as dos rios Ajarani, Pacu e Catrimani, além de várias aldeias localizadas ao norte do Rio Catrimani, na região dos Rios Jundiã e Lobo D'Almada.

Os Yanomami
do Rio
Ajarani

Os Yanomami do Rio Ajarani, cuja população nos anos 60 era estimada em cerca de 400 pessoas (Migliazza: 1978), em 1974 contavam com 102 indivíduos, em 1975 estavam reduzidos a 79 índios (Ramos: 1979). Suas quatro aldeias sofreram uma baixa de 22% em decorrência principalmente de doenças respiratórias introduzidas por trabalhadores da estrada. Além das mortes, a prostituição, com consequentes doenças venéreas, a mendicância, e o desenraizamento de famílias inteiras, levaram ao esfacelamento de todas essas aldeias (Ramos: 1979). Um pequeno grupo de 19 Yanomami do Rio Ajarani foi incorporado a uma aldeia do Rio Pacu situada a cerca de 80

quilômetros a oeste das comunidades do Rio Ajarani. Além desses, duas famílias constituídas por cerca de sete indivíduos passaram a vagar pela estrada, utilizando-se das choças abandonadas pelos trabalhadores da rodovia. Os sobreviventes da região do rio Ajarani levam hoje uma vida errante, constroem precárias habitações à beira da estrada e alguns passaram a vender sua força de trabalho a serriarias instaladas nos limites da área antes interdita pela FUNAI, entre os quilômetros 29 e 49 da estrada.

Os Yanomami
do Rio Pacu

A comunidade do Rio Pacu tinha em 1975 uma população de 58 pessoas. O grupo como um todo foi atraído para a estrada, abandonando sua aldeia e suas roças no Rio Pacu, a cerca de 10 quilômetros ao sul da Perimetral. Passaram a mendigar na estrada, nos acampamentos da Camargo Corrêa e na Missão Catrimani, localizada na altura do quilômetro 146 da Perimetral. Como seria de esperar, essa população passou a sofrer de desnutrição, contraiu gripe, faringites, pneumonia e tuberculose. Uma das vítimas de tuberculose, depois de vários meses de tratamento irregular, morreu em Boa Vista em 1977.

Os Yanomami
do Rio
Catrimani

Os Yanomami do Rio Catrimani sofreram o primeiro surto de sarampo em 1974, contraído diretamente de peões da estrada. Graças ao bom atendimento dos missionários da Missão Catrimani, não houve óbitos, além de um caso de aborto. Porém, as aldeias localizadas ao norte da Missão, foram devastadas por repetidas epidemias. Nos primeiros 15 meses a partir do início da construção da estrada, registraram-se 15 epidemias de gripe com complicações pulmonares. A malária que sempre foi endêmica na região, toma proporções epidêmicas, em consequência do aumento de poças d'água estagnada e de maior circulação de pessoas.

Abrindo acesso fácil à região, a Perimetral Norte é responsável pela epidemia de sarampo que em 1977 matou 68 indivíduos em quatro aldeias da região do Jundiá-Lobo D'Almada. Essas mortes representam exatamente 50% da população dessas aldeias. Esse

foi o segundo grande surto de sarampo na área num período de menos de três anos. A contaminação deu-se por meio de uma criança que havia estado em Boa Vista para tratamento de outra enfermidade. Regressando à aldeia, o vírus do sarampo que trouxe consigo alastrou-se rápida e incontrolavelmente a todas as aldeias da região do Alto Catrimani.

Colonização e Agropecuária

Em 1975 a FUNAI interditou as áreas indígenas dos vales do Catrimani e Ajarani, a pedido da Missão Catrimani. No mesmo ano, o INCRA e a Secretaria de Agricultura de Roraima criavam o Projeto Fundiário Boa Vista, como parte do programa de desenvolvimento conhecido como Polamazônia. Este Projeto penetra em áreas tradicionais dos Yanomami dos vales dos Rios Apiaú, Ajarani e Mucajaí. O Projeto Fundiário Boa Vista tem como alvo a colonização e a instalação de projetos agropecuários que envolvem a derrubada de uma extensa área de mata virgem (Taylor: 1979). Este projeto foi mais tarde modificado e ampliado.

Colonização

O "Distrito Agro-pecuário de Roraima", planejado em 1977 e localizado a Oeste do Rio Branco, até o Meridiano 62º W, no Município de Caracaraí, é constituído por duas glebas (Gleba A I e Gleba Caracaraí) e abrange uma área de 600.000 ha, divididos

em 146 lotes, cujas dimensões variam entre 2.000 e 23.000 ha (conforme Relatório das Atividades Governamentais - Roraima: 1978). O trabalho de demarcação dos lotes está em andamento desde o início de 1978.

A delimitação do projeto agro-pecuário supra le-
sa gravemente o direito dos índios Yanomami à
posse da terra por eles ocupada. Senão, vejamos:

- a) A delimitação da Gleba A I sobrepõe-se, em parte (aproximadamente 800 ha, na região da "Cachoeira da Lata"), à área Mucajaí, declarada pela FUNAI como "de ocupação dos indígenas Yanomami";
- b) A região sudoeste da Gleba Caracarái engloba área onde se encontram cinco grupos residenciais Yanomami, que ainda não tiveram suas terras delimitadas;
- c) Na região noroeste das Glebas A I e Caracarái, próxima ao Rio Apiaú, vivem índios Yanomami. Sua existência é atestada pelos Missionários da Prelazia de Roraima. Outras fontes comprovam a presença desses índios (Vide: Zerries, 1974: 28-29; Silvestri: 1953 e Forno: 1965, 1966a e 1966b). Esses indígenas vivem em meio a colonos e fazendas já implantadas na área e não têm terras delimitadas. Não constam do levantamento da população Yanomami, efetuado em 77 pela FUNAI.
- d) A área noroeste das Glebas A I e Caracarái, região do alto Rio Apiaú, engloba uma área sabidamente indígena, liberada para colonização antes mesmo de devidamente levantada pela FUNAI. Vide Relatório FUNAI (1977a: 6), onde se lê:

"Contudo supõe-se existir entre os rios Apiaú e Mucajaí aldeamentos Yanoama, o que não foi possível verificar, devido ao mau tempo (chuvas) e por não haver na área quem nos pudesse auxiliar na localização dos mesmos."

Outro fato merece ser referido: na região compreendida entre os rios Ajarani e Apiaú (RR), 195.000 ha de terras, ocupadas por grupos Yanomami, dizimados pelo contato à época da construção da Perimetral Norte (FUNAI 1977a:), foram englobados pelos projetos agro-pecuários supra mencionados, após liberação da FUNAI (1977a).

Essa área, entretanto, está enclavada em outra maior, destinada a projetos agro-pecuários, o que coloca, evidentemente, os índios em posição extremamente vulnerável, tanto no que se refere à defesa dos limites de seu território, como no que diz respeito à conservação do ambiente e equilíbrio ecológico, necessários à sua sobrevivência.

Cumprе notar que o "Distrito Agro-pecuário de Roraima" foi planejado à mesma época (1977) em que a FUNAI efetuava os trabalhos de levantamento dos aldeamentos Yanomami, e entretanto, visivelmente sem o necessário entrosamento entre os dois órgãos de um mesmo Ministério, o que acabou se traduzindo em prejuízo aos Yanomami, no que diz respeito a seus direitos territoriais.

É provável que, com a expansão da colonização, novos projetos sejam eventualmente implantados na região. Face a esta perspectiva, é imprescindível que, o quanto antes, as terras efetivamente ocupadas pelos Yanomami sejam corretamente demarcadas: essas comunidades não sobrevivem a uma penetração maciça de colonos em suas terras.

A implantação de outros eventuais projetos agro-pecuários no Território de Roraima deverá preceder cuidadoso exame e planejamento, a fim de que se previna a ocupação de terras a oeste do Meridiano 62º W e ao norte do Paralelo 0º 30' N, que são terras de "ocupação efetiva" dos índios Yanomami, conforme documentado, inclusive, no presente Relatório.

Yanomami do
Vale do Rio
Apiáu

No vale do Rio Apiaú encontram-se hoje os remanescentes de uma população que em 1960-61 contava com 150 Yanomami, vivendo em cinco aldeias. Por essa época a Prelazia de Roraima instalou uma Missão no baixo Rio Apiaú que foi desativada alguns anos mais tarde. Entre 1967 e 1968, um surto de sarampo originário da Venezuela, matou 100 índios, ou seja, 66% dessa população. Em 1975, o voluntário Nicholas Cape encontrou, dos 50 sobreviventes, apenas 30 Yanomami (Taylor: 1979). Os 20 que haviam escapado à epidemia de sarampo, pereceram sob os efeitos do contato com regionais. Os 30 vivem hoje sem garantias de terra e totalmente desassistidos por missões ou por órgãos oficiais.

Yanomami do
Vale do Rio
Ajarani

No vale do Ajarani, onde a população Yanomami havia sofrido uma depopulação igualmente dramática, um grupo de trabalho da FUNAI (Departamento Geral de Planejamento Comunitário) sobrevoou a região ao norte da Perimetral em março de 1977, não encontrando qualquer vestígio de aldeias indígenas. Os remanescentes Yanomami haviam-se concentrado em quatro grupos locais à beira da estrada ou ao sul da mesma. Como resultado desse levantamento, a FUNAI liberou essa porção do território Yanomami ao INCRA para colonização. A área em questão tem 195.000 ha, alcançando o paralelo 2º N, e seria suficiente para a sobrevivência de cerca de 250 Yanomami.

Yanomami do
Vale do Rio
Mucajai

No Rio Mucajai vivem hoje cerca de 300 Yanomami distribuídos por várias aldeias, sob a assistência de missionários da MEVA - Missão Evangélica da Amazônia. A população desta região vem crescendo desde, pelo menos, 1958, quando contava com 100 indivíduos, aproximadamente. Nesse mesmo ano a MEVA - Missão Evangélica da Amazônia instalou uma Missão em seu território. Note-se, pois, que enquanto seus números aumentam, suas terras diminuem, tomadas por projetos agropecuários e de colonização. A "Gleba A I do INCRA já ocupa cerca de 800 ha. de território tradicionalmente Yanomami, apesar de este haver sido reconhecido como tal pela FUNAI (Portaria 477/N de 1977). O trabalho de demarcação dos lotes para colonização já está em curso desde o início de 1978 (Comissão pela Criação do Parque Yanomami: 1979).

Já a partir de 1957, os Yanomami do Mucajaí mantinham contatos esporádicos com fazendeiros instalados no médio Rio Mucajaí. Empregando-se como mão de obra nas fazendas, esses índios contrairam doenças venéreas e já foram constatados 22 casos de tuberculose. Há também incidência de malária e de oncocercose.

Mineração

Serra das Surucucus

Os projetos de mineração em Roraima, tanto por iniciativa privada, como governamental, têm sido concentrados principalmente na região da Serra de Surucucus, no coração do território Yanomami. Esta é a área de maior concentração demográfica desses índios no Brasil, com perto de 5.000 pessoas, localizadas em 74 malocas, numa área de cerca de 500.000 ha. A região é reconhecida pela FUNAI como sendo de ocupação Yanomami (Portaria BSB/03477/76).

A Serra das Surucucus é um platô com 1.000 metros de altitude, estendendo-se desde as cabeceiras do Rio Parima às do Rio Mucajaí. O acesso ao platô é extremamente difícil por via terrestre ou fluvial, devido ao acidentado do terreno e à não navegabilidade dos rios.

Em 1963 a MEVA instalou uma Missão no platô. Durante 12 anos, somente os missionários e a FAB mantinham contato com a população Yanomami mais próxima à Missão Surucucu.

Em fevereiro de 1975, o RADAMBRASIL descobriu materiais radioativos em uma das colinas da região. A área foi então aberta a pesquisas minerológicas pelo Ministério de Minas e Energia.

Quatro semanas depois da publicação dos resultados do RADAMBRASIL, desencadeou-se uma corrida à cassiterita de Surucucu. Entre os meses de abril e outubro de 1975, 200 garimpeiros haviam entrado na região, e exploravam o minério, apesar da ilegalidade do garimpo em terras indígenas (artigo 20 da lei 6.001, Estatuto do Índio).

Foi também aberto em Boa Vista um escritório da Mineração Além-Equador, firma responsável pelo transporte e manutenção dos garimpeiros na Serra, e pela extração de 150 toneladas de minério de Surucucus.

Em meados de 1975, a ICOMI (Companhia Indústria e Comércio de Minérios) associada à Bethlehem Steel e à Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração, requisitou e obteve autorização da FUNAI e do Ministério de Minas e Energia para pesquisas geológicas de ferro e manganês. A ICOMI permaneceu em Surucucus até fevereiro de 1976 (Taylor: 1979). Outros grupos interessados na região visitaram o local durante o ano de 1976: representantes da Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA), associada à Compagnie Française d'Entreprises Minières Métallurgiques et d'Investiments (COFREMMI); geólogos da Companhia Industrial Amazonense (CIA); e o Embaixador da Alemanha Ocidental.

Ainda em 1975 ocorreram vários conflitos entre índios e garimpeiros. A crise culminou em meados de 1976, quando o número de garimpeiros já se elevara a 500. Com falta de alimentos e outras provisões, estes ameaçaram invadir as roças Yanomami. O resultado foi uma série de roubos, assaltos armados e ferimentos de parte a parte, levando um índio e dois garimpeiros, em estado grave, ao hospital de Boa Vista. Finalmente, por decreto de 19 de setembro de 1976 do Ministro do Interior, o garimpo é fechado e os garimpeiros evacuados de Surucucus. Já então gripe e doenças venéreas grassavam entre os Yanomami.

Imediatamente após o fechamento do garimpo, tem-se notícia de que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) iria iniciar pesquisas geológicas em Surucucus. Em março de 1979, a DOCEGEO, subsidiária da CVRD, instala-se na área, devidamente autorizada pela FUNAI. A DOCEGEO saiu de Surucucus em julho do mesmo ano.

Por ser uma região altamente visada para a exploração mineral, a sua população indígena corre constante perigo de dizimação.

Em setembro de 1979, a presença ilegal de garimpeiros na Serra Couto de Magalhães¹ foi novamente detectada e denunciada.

Nessa área, vivem cerca de 300 Yanomami em quatro aldeias (informação da 10ª Delegacia Regional). Surgiram novos surtos de gripe que se alastraram pelas aldeias, até atingir a Perimetral Norte.

Em fevereiro de 1980 chegam novas notícias de invasão de 30 garimpeiros vindos do Pará em busca de ouro na Serra Couto Magalhães, e logo retirados pela FUNAI. Durante a sua retirada, os garimpeiros expressam decepção, afirmando não haverem encontrado ouro.

Grupos de interesse que defendem a remoção dos Yanomami da área de Surucucus, como estorvo ao desenvolvimento, não levam em conta a situação desses índios que, por ainda viverem sua própria cultura em seu habitat tradicional, não estão equipados, nem com imunização física, nem com conhecimento da sociedade brasileira, para enfrentarem as tremendas pressões que uma tal remoção acarretaria.

- (1) A Serra de Couto de Magalhães, a uns 50 km. do posto indígena das Surucucus, não tem posto indígena próprio. Existe no local uma pista de pouso que facilita a entrada de estranhos. É lugar vulnerável a aventureiros por ter fama de ser rico em ouro.

Por erro de levantamento encontra-se fora da área indígena do Surucucus. A localização da pista fica cerca do grupo tribal Maraxiteri e encontra-se nos coordenados 62º 10' W; 02º 40' N e não nos coordenados 62º 52' 20" W; 02º 30' 20" N.

No caso dos Yanomami, diversas razões: densidade demográfica, extrema dificuldade de acesso e grau de isolamento dos índios, além, evidentemente, de razões éticas óbvias, tornam absolutamente impraticáveis o seu deslocamento ou remoção. A própria sobrevivência física desses Yanomami estará gravemente ameaçada se a implantação de quaisquer projetos de mineração não preceder um plano sistemático de vacinação.

Yanomami dos Rios Uraricaá e Uraricoera

O declínio observado na população Yanomami dos Rios Uraricaá, Uraricoera, Parima e Mucajaí, de 1965 a 1977, deve-se a epidemias contraídas de garimpeiros (Migliazza: 1978). Em 1963, garimpeiros brasileiros em busca de diamantes, atravessaram a fronteira para a Venezuela na região do alto Rio Uraricaá. Dois anos depois voltavam para o lado brasileiro para continuar a garimpar no alto Uraricaá. Atritos e epidemias dizimaram os índios. Em 15 anos, a população da área diminuiu de 200 para 140 índios, ou seja, 30% de perda de vidas.

Yanomami do Rio Maturacá

Na região do Rio Maturacá, no Estado do Amazonas, viviam 500 Yanomami quando estes foram contatados por missionários salesianos entre 1925 e 1940. Em 1978, membros da FAB constataram que havia apenas 150 sobreviventes, em estado de desnutrição, sofrendo de malária, pneumonia e tuberculose. Dizimados por doenças, alguns remanescentes desse grupo local fugiram do Brasil já havendo alcançado território venezuelano.

INFRAESTRUTURA EXISTENTE

Postos da
FUNAI

A FUNAI atualmente está com três postos indígenas na área Yanomami que são os seguintes:

Posto
Surucucus

Localização: Serra das Surucucus (RR).
A população indígena está estimada entre 4.000 e 6.000 índios.

Posto
Ajarani

Localização: No cruzamento do Km. 49 da BR-210 com o Rio Ajarani (RR).
O posto serve como posto de fiscalização na Perimetral Norte (BR-210).
Os índios não tem habitação tradicional perto do posto e vivem destribalizados vagando entre o posto e serrarias ao longo da estrada.
A população indígena está estimada entre 50 e 150 índios.

Posto
Km-211

Posto de Base da FUNAI, localizado ao longo da Perimetral Norte, no Km-211. (AM)
Não tem população indígena fixa.
Esse posto foi instalado em área não tradicionalmente indígena. Em fins de 1979 encontravam-se 6 índios Yanomami e 3 índios Macuxi no mesmo.

Os demais postos da FUNAI que existem na área indígena Yanomami, por uma razão ou outra, foram desativados. Entre eles encontravam-se os seguintes:

Posto
Ajuricaba

Localização: Médio Rio Demini (AM).
Desativado em 1978.
Há informações de que cerca de 50 índios vivem nas redondezas do antigo posto.

Posto
Mapulaú

Localização: Alto Rio Mapulaú (AM).
Desativado em 1977.

Posto
Cauaburis

Localização: Médio Rio Cauaburis (AM).
Desativado oficiosamente.
Há informações de que cerca de 40 índios vivem va-
gando entre o Posto (desativado) e o Rio Maiã.

Atualmente os Únicos Postos Indígenas em atividade são aqueles ao longo da BR-210 e à Serra das Surucucus.

Nota-se que os postos atualmente desativados encontram-se em áreas não tradicionalmente indígenas.

Conclui-se que funcionavam como postos de fiscalização em áreas que se poderia denominar como "Áreas Tampão" entre regiões tradicionais indígenas Yanomami e áreas de futura ocupação da sociedade regional.

Missões Religiosas

As missões mantêm bases entre os índios Yanomami em oito áreas indígenas que são as seguintes:

Missão
Maturacã,
Maiã e Iã

Localização: Rios Cauaburis, Maiã e Iã (AM).
A população indígena está estimada em 650 índios.
(Ordem Salesiana)

Missão
Marauiã

Localização: Alto Rio Marauiã (AM).
A população indígena está estimada em 1.500 índios.
(Ordem Salesiana).

Missão Mararí Localização: Alto Rio Mararí (AM).
A população indígena está estimada em 250 índios.
(Novas Tribos do Brasil).

Missão Toototobi Localização: Alto Rio Toototobi (AM).
A população indígena está estimada nas imediações da missão em cerca de 500 índios.

Missão Catrimani Localização: Médio Rio Catrimani (RR).
A população indígena está estimada em 300 índios.
(Ordem da Consolata. Diocese de Roraima).

Missão Mucajaí Localização: Médio Rio Mucajaí (RR).
A população indígena está estimada em 300 índios.
(Missão Evangélica da Amazônia).

Missão Palimiú Localização: Rio Uraricoera (RR).
A população indígena está estimada em cerca de 100 índios.
(Missão Evangélica da Amazônia).

Missão Auaris Localização: Alto Rio Auaris.
A população indígena está estimada em cerca de 270 índios.
(Missão Evangélica da Amazônia).

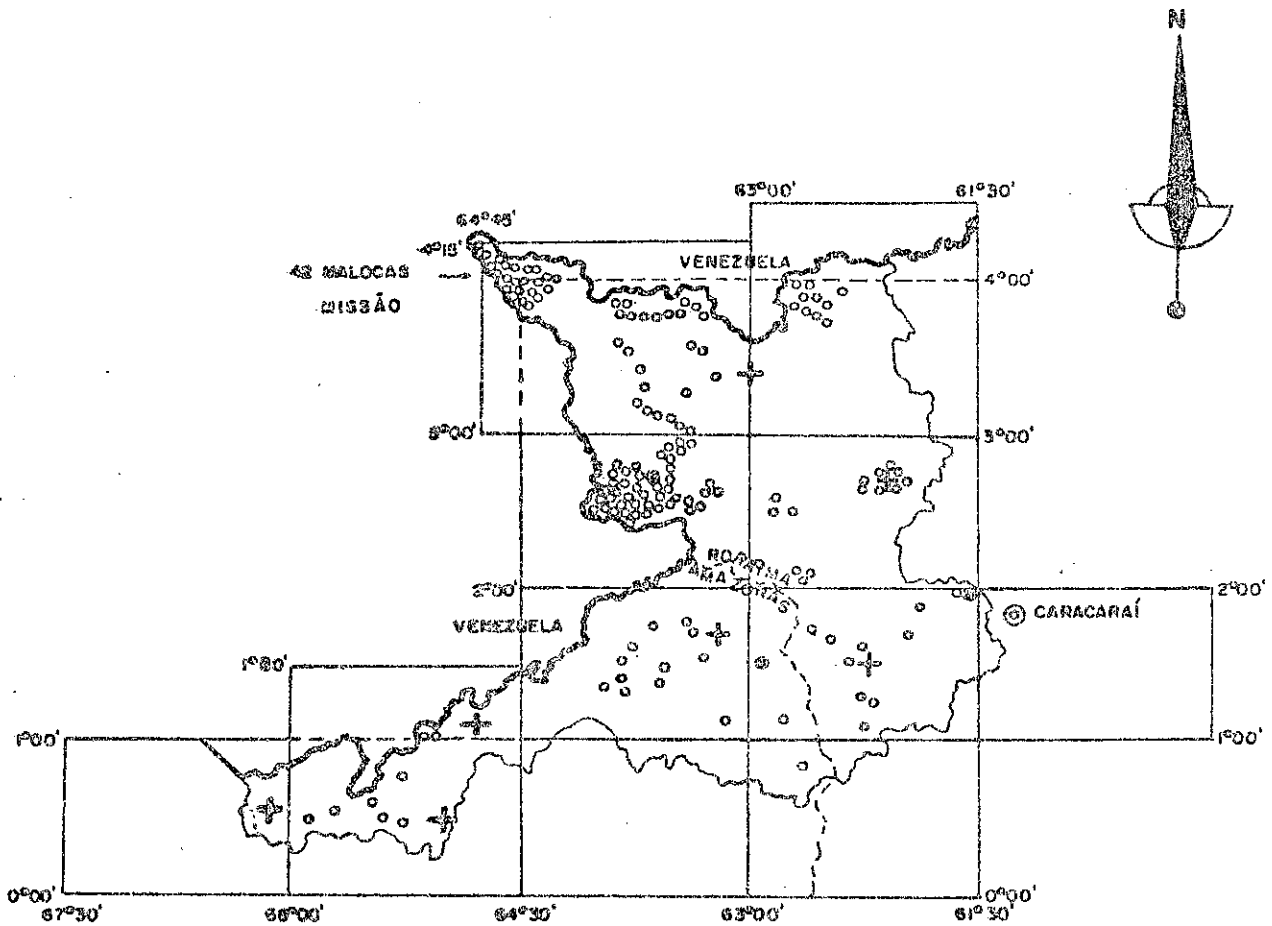
Todas as missões possuem campos de pouso.

Nota-se que boa parte dos índios Yanomami encontram-se em estado de contacto intermitente e não constam nos relatórios da FUNAI e/ou nos relatórios das Missões Religiosas.

MINISTERIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CROQUI DEMONSTRATIVO DA ÁREA DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI COM A PLOTAÇÃO DE MALOCAS



CONVENÇÕES

- LIMITE INTERNACIONAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE DO PARQUE
- 192 MALOCAS (ALDEIAS)
- MISSÃO
- POSTOS INDÍGENAS

ESC. ~ 1:5.550.000

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA REGIÃO

DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA

INTRODUÇÃO

Localização

A área descrita, fica localizada ao norte, do Equador, compreendida entre as coordenadas aproximadas 61º 25' a 66º 20' 0º 10' a 4º 17', englobando os municípios de: Caracaraí, Boa Vista (RR) e São Gabriel da Cachoeira (AM).

Vias de Acesso

Pista de Pouso na Missão Surucucus, área Indígena Toototobi, Maturucá, Mucajaí, Uraricaã, Paliminu, Pista de Pouso no Km 211 da Perimetral Norte, Perimetral Norte.

GEOMORFOLOGIA

Hidrografia

A rede de drenagem dessa área compreende parte das Bacias Hidrográficas do Rio Negro e Rio Branco.

O Rio Negro nasce na Colômbia penetrando no Brasil com direção geral Norte-Sul, enquanto que, seus afluentes, que também nascem na Colômbia, próximo aos contrafortes da Cordilheira dos Andes penetram na área com direção oeste-leste, apresentando in fluxões bruscas adaptando-se às estruturas falhadas em fraturas do complexo Guianense. São rios encaixados que apresentam trechos meândricos, bem retilíneos e também encachoeirados, com desníveis inferiores a 8 m. O Rio Negro concorre com os seguintes afluentes de sua margem esquerda: Cauaburi, Maturacá, Marauia, Maiá, Preto, Paduarí, Aracá, Demini e pequenos afluentes.

Na parte setentrional, o Rio Branco que também não está dentro da área, mas que da mesma forma que o Rio Preto tem seus formadores dentro da área: Uraricoera com seus afluentes a saber: pela margem esquerda: Amajari, Tucutoi, Coimim, Uraricaá, Puruê, Auari e seu formador, Parima, e pequenos igarapés. Da margem direita, destacam-se ainda os rios Mucajaí com seus afluentes Couto Magalhães, Catrimani com seus afluentes Lobo D'Almada, Jundiã, etc.

Na verdade todos esses rios formam parte da Bacia do Rio Negro e têm suas nascentes dentro da área estudada.

Embora quase toda a área seja ricamente drenada, os rios normalmente não são navegáveis em toda sua extensão, apresentando cachoeiras e corredeiras.

Vegetação

A análise fitogeográfica da área (Veloso et al : 1975) identifica os seguintes sistemas ecológicos:

Sistema Eco- lógico das Formações Pioneiras

Sistema Ecológico das Formações Pioneiras que se apresentam em forma arbórea, arbustiva e lenhosa, cobrindo áreas deprimidas, inundáveis periódica ou permanentemente e ainda depressões arenosas.

Sistema Eco- lógico de Floresta Densa

Sistema Ecológico de Floresta Densa são unidades fisionômicas, caracterizadas por um conjunto de indivíduos de baixo porte e densamente dispostos em extratos superiores e em altitudes inferiores, a 600 m (sub-montana) e em altitudes superiores a 600 m (montana). Ocupa a maior extensão da área mapeada, nos domínios do planalto sedimentar Roraima (terras mais altas).

Sistema Eco- lógico de Floresta Aberta

Ocorre geralmente intercalada em meio à floresta densa ocupando vales e encostas suaves. É predominantemente, uma sub-classe de formações dos climas quentes e úmidos, com chuvas torrenciais e período seco delineado. Indivíduos, vias de regra, de porte alto e apreciável valor madeireiro, encerrando um potencial econômico considerável.

Áreas de
Tensão
Ecológica

A análise da vegetação, aliada aos estudos climáticos determinou, na faixa de transição climática, contatos onde grupos de formação das diferentes regiões ecológicas se interpenetram (enclaves) ou se misturam (ecotomo): contato floresta/floresta estacional; contato formações pioneiras/floresta.

Região de
Floresta
Tropical Es-
tacional Se-
midecidual

Revestem as baixas cadeias de montanhas e de alguns outeiros e colinas no extremo leste da área em extensão inexpressiva em relação à área estudada.

Refúgios
Ecológicos

Pequena mancha no extremo noroeste em meio da floresta montana com dominância de vegetação herbácea. Ocorrem também em terrenos areníticos do grupo Roraima, áreas dos platôs com altitude superior a 1.000 m ocupados por vegetação herbácea ou arbustiva e ainda gramínea-lenhosa.

Observação

A ocorrência das diferentes formações vegetais não se explica apenas pelo fator climático, mas também pela reunião de outros fatores tais como: altitude, litologia, pedologia, geomorfologia.

Unidades Morfoestruturais

O mapeamento geomorfológico constatou uma grande variedade de relevo, quanto ao tipo, origem, posição e altimetria. Ao lado de relevos baixos no extremo centro sul, erguem-se compactos planaltos que atingem quase 3.000 m, nas áreas fronteiras à Venezuela. Entre estes altos relevos residuais e a superfície de aplainamento que tomou o complexo guianense até um nível litológico e topográfico muito baixo, encontram-se feições geomorfológicas variadas destacando-se as seguintes unidades morfoestruturais:

Planalto
Sedimentar
Roraima

Constituída de relevos tabulares esculpidos em rochas sedimentares e metassedimentares do grupo Roraima que se distribuem isoladamente pela área recebendo denominações locais de monte e serras. Formado por grandes mesas de topos aplainados representativos de relevos residuais que se estendem ao norte (picos culminantes do País: Pico da Neblina com 3.000 m).

Outros relevos estruturais do Planalto sedimentar Roraima são sinclinais topograficamente invertidos de grande extensão, geralmente limitadas por falhamentos normais como na serra do Uafaranda, Urutanin e Aracá, sendo que esta última constitui o relevo mais representativo do planalto sedimentar Roraima. Localizada entre os rios Demini e Aracá afluentes esquerdos do Rio Negro é uma grande sinclinal invertida, com três blocos separados por falhas. O topo aplainado apresenta caimento em direção ao eixo da dobra.

O planalto sedimentar Roraima acha-se incluído dentro do grande conjunto de relevos montanhosos que constituem o Planalto de Interflúvio Amazonas - Orenoco.

Planalto do
Interflúvio
Amazonas -
Orenoco

Constitue o grande divisor de águas das bacias dos Rios Orenoco, na Venezuela e Amazonas, no Brasil. Fazem parte deste interflúvio os relevos tabulares do Planalto Sedimentar Roraima e patamares dissecados com altitude variando entre 600 m a mais de 2.000 m aproximadamente.

É uma extensa área montanhosa com direção geral sudoeste - nordeste, elaborada em rochas do Pré-Cambriano. Patamares dissecados ocorrem desde as proximidades do meridiano 66º 00' até além da fronteira com a Guiana recebendo os seguintes nomes: serra do Imeri, Tapirapécó, Gurupira, Urucuzeiro, Parima, Urutamin, Pacaraima, com altitudes que variam de 600 m a mais de 2.000 m.

Planaltos
Residuais
de Roraima

Esta unidade morfoestrutural é formada de várias serras que se sobressaem altimetricamente nos relevos colinosos do Planalto Dissecado Norte da Amazônia e na superfície do Pediplano Rio Branco - Rio Negro, com altitudes que variam de 400 m a 800 m.

O mais expressivo exemplo de Planalto Residual é a serra da Mocidade, localizada no Interflúvio dos rios Catrimani e Ajarani. O relevo é formado por cristas com encostas ravinadas e a NW dessa serra encontra-se o Pico Rondon com 1.000 m de altitude.

À margem direita do Mucajaí localiza-se a serra do Apiaú, com altimetria em torno de 300 m a 500 m.

Outro exemplo de relevo residual encontrado na área são os incelbergs, resultantes de processo de fediplanação, isolada em superfícies de aplainamento conservada e encontrado no interflúvio dos rios Padauari e Aracã.

Planalto
Dissecado
Norte da
Amazônia

A sua área de maior expressão localiza-se nos médios cursos dos rios Uraricoera e Mucajaí, e é formada predominantemente por colinas com vales encaixados. A superfície colinosa em seu conjunto apresenta um caimento leste em direção aos relevos aplainados do Pediplano Rio Branco-Negro.

Unidades Morfoclimáticas

Por não existirem estações meteorológicas na área em questão, foram usados dados das estações localizadas em Icanã-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos e Boa Vista.

Na análise global dos dados, verificou-se que a elevada distribuição pluviométrica e as altas médias da temperatura durante o ano são refletidas pela floresta sempre verde de passível balanço hídrico normal.

Contudo foram constatados, nas áreas intermediárias outros tipos florestais, que refletem condições climáticas adversas. Essas áreas situadas entre as serras fronteiriças à Venezuela, a noroeste e a oeste e as planícies do Rio Branco e Negro revelam um possível déficit no balanço hídrico.

No extremo sudoeste da área o clima caracteriza-se por alta pluviosidade distribuída mensalmente em elevados totais, sem que se defina um típico período seco, predominantemente do tipo bioclimático Eutermaxérico, temperatura do mês mais frio sempre superior a 18°C, constantemente úmido, associado à floresta densa, refúgios arbustivos e áreas de tensão ecológica (contatos).

Nas áreas montanhosas temos sequência encadeada dos tipos bioclimáticos hipo-termaxérico e Eumexaxérico, ausência de período seco em ambos os casos e temperatura média do mês mais frio variando entre 20° e 15°C; 15° e 10°C associados à ocorrência de floresta densa com cobertura uniforme e refúgios ecológicos.

A partir do relatório dos documentos básicos: mapa fitoecológico e mapa geomorfológico, foi adotada a denominação das unidades morfoclimáticas, a localização das unidades morfoestruturais, uma vez que essas correspondem à divisão regional do relevo:

Domínio Morfo-
foclimático
em Planaltos
Dissecados
e Superfícies
Pediplanadas

Abrange a totalidade do Planalto sedimentar Ro-raima, do Planalto do Interflúvio Amazonas - Orinoco, áreas do Planalto Dissecado - Norte da Amazônia. A área desse domínio, a maior do mapeamento tem seus limites definidos pela extensa cobertura de floresta densa, englobando ainda alguns refúgios ecológicos e contatos de: floresta densa/floresta aberta e floresta estacional.

Dois bioclimas diferentes atuam sobre esse domínio (Velooso et al.) coincidente com os planaltos dissecados elevados (800 m), ocorre o Hipotermaxérico, sem período seco e temperatura do mês mais frio entre 15° e 20°C, mostrando nítida influência do relevo. O segundo tipo é o Eutermaxérico, com temperatura média mensal acima de 20°C, coincidente com as partes baixas do relevo. Nos dois tipos climáticos o índice pluviométrico supera 2.000 mm com diminuição no máximo em dois meses (setembro e outubro). Embora as condições tenham definido o domínio da floresta densa, existem diversas alterações locais em decorrência de diferentes solos.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Faixa de
Transição
em Áreas
Pediplanas
das Inun-
dáveis

Embora se estenda por uma grande área ao sul, ela é barrada ao norte, pelos relevos residuais contínuos das serras do Aracã e da Moçidade, cobrindo apenas uma pequena faixa ao sul da área em questão, interrompendo a continuidade da floresta densa.

A denominação de área pediplanada Inundáveis é devida principalmente a uma cobertura sedimentar pouco espessa sobre as litologias do complexo Guianense truncadas por erosão. Desenvolvem-se aí uma pedogênese de solos hidromórficos e areias quartzozas. O Clima Eutermaxérico, com temperaturas médias mensais acima de 20°C. A vegetação apresenta formas especiais de formação pioneiras, com gramíneas e alguns grupamentos arbóreos.

PEDOLOGIA

Principais Classes de Solos

Foram identificadas as seguintes classes de solos:

- Podzólico Vermelho Amarelo (P.V.A.)
- Latendo Vermelho Amarelo (L.V.A.)
- Solos Litólicos (S.L.)
- Areias Quartzozas Hidromórficas (H.A.Q.)
- Podzol Hidromórfico (H.P.)
- Solos Hidromórficos Gleyzados (H.G.)
- Latossolo Amarelo (L.A.)
- Solos Aluviais (A)
- Terra Roxa Estrurada (T.R.)

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMIDEFESA E SOBREVIVÊNCIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

ASPECTOS JURÍDICOS

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Emenda Constitucional nº 1/69 - art. 198) garante aos índios a posse permanente das terras por eles habitadas, reconhecendo-lhes o "direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

A Lei nº 6001, de 19.12.73, denominada ESTATUTO DO ÍNDIO, ao regular a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, define como obrigação da Administração:

"garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso." (Art. 2º, V);

e

"respeitar, no processo de integração do índio à comunidade nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes." (Art. 2º, VI).

O próprio ESTATUTO DO ÍNDIO, em seu Art. 23, ao referir-se à ocupação efetiva não se restringiu à área física imediatamente habitada pelos índios, mas, reconhecendo a realidade sócio-econômica da comunidade indígena, dispôs:

"Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com usos, costumes e tradições tribais, detem e onde habita e exerce atividade indispensável a sua subsistência ou economicamente útil." (grifo nosso).

O processo de demarcação das terras indígenas, referido pelo ESTATUTO DO ÍNDIO, Art. 19, é a medida de proteção ao índio. Entretanto, não é a única medida prevista nem tampouco medida "sine qua non" para o reconhecimento do direito do índio às terras por ele ocupadas. Com efeito, dispõe o Art. 25, do ESTATUTO:

"O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do Artigo 198 da Constituição Federal, independe-
rá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República."
(grifo nosso).

A legislação brasileira garante, portanto, ao índio, e garantia essa que é constitucional, a posse de terra necessária à sua sobrevivência física e à preservação de seus valores culturais, tradições, usos e costumes.

O ESTATUTO DO ÍNDIO prevê, ainda, em seu Art. 26, o estabelecimento de áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios", sob modalidades diversas, uma das quais a de "Parque Indígena", definindo esse como:

" a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região." (Art. 28).

A criação de um PARQUE INDÍGENA YANOMAMI é, portanto, medida prevista na própria legislação brasileira e constitui forma concreta e garantia dos direitos assegurados pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL e o ESTATUTO DO ÍndIO aos indígenas.

Ecologia Cultural

Terras Utilizadas

Adaptada às condições ecológicas especiais da floresta tropical, a economia Yanomami utiliza áreas mais vastas do que as imediações de suas aldeias. Ao redor das habitações, uma área média de 900 m² por pessoa é trabalhada na construção de roças que provêem alimentação e matérias primas. Para além dessa área, existe outra, concêntrica, consideravelmente mais extensa, cujo raio é de cerca de 15 quilômetros, o que equivale a três horas e meia de caminhada (Lizot: 1977). Essa área mais abrangente é usada para obter recursos indispensáveis à dieta Yanomami, e cuja distribuição é esparsa ou de natureza aleatória. São os produtos de caça, pesca e coleta. Calcula-se que, para uma aldeia de tamanho médio, essa área contém uma superfície aproximada de 707 km². Para se ter uma idéia da importância dessa área maior, note-se, por exemplo, que a coleta, embora representando somente 20% dos alimentos, é uma fonte indispensável de proteínas vegetais e animais, que constituem o complemento necessário aos produtos de roça e contrabalançam a irregularidade da caça e da pesca. Além disso, a floresta fornece a maior parte das matérias primas usadas na produção de artefatos que constituem o acervo tecnológico Yanomami.

Deslocamentos Periódicos

As aldeias Yanomami deslocam-se periodicamente, para atender a necessidades de ordem ecológica e econômica. Esses movimentos são basicamente de dois tipos: a) micro-migrações, num raio de 3 km, determinadas pela necessidade de construir novas roças, em média, de dois em dois anos; b) macro-migrações, num raio de 10 a 30 km, devido ao esgotamento do solo e do potencial da caça e coleta, também por motivos de mortes ou epidemias e por eventuais hostilidades entre aldeias,

provocadas por desequilíbrios de natureza social (alianças matrimoniais) ou políticas (cisões de aldeias). Os limites propostos para o Parque consideram essas migrações.

Rejuvenesci-
mento do
Eco-sistema

As roças que deixaram de produzir ou que são abandonadas em decorrência dessas migrações tradicionais, continuam sendo usadas por muitos anos, para a colheita de alguns produtos anteriormente cultivados, cujo ciclo de aproveitamento é bastante longo, como, por exemplo, a pupunha. Após o necessário período de recuperação ecológica, os sítios dessas roças, já rejuvenescidos, poderão ser novamente ocupados. Assim, aparentes vazios no mapa tem um papel muito importante no padrão de ocupação do espaço geográfico Yanomami.

Importância
do Espaço
Físico como
Território

As áreas compreendidas entre as diversas aldeias ou entre os conjuntos de aldeias, bem como as áreas de perambulação, estão cobertas por uma vasta rede de trilhas, pontilhadas de inúmeros acampamentos de caça e de viagem, além de antigos roçados. Cada parcela da floresta é aproveitada, tem nome, é percorrida com íntima familiaridade e impregna a memória do grupo, através de relatos históricos e mitológicos, desde os tempos mais remotos. Estes fatos estão tão intimamente ligados à conceituação de território pelos Yanomami, que tornam necessária a garantia das suas terras tradicionais. Tomar-se apenas o local e as imediações de cada aldeia como definição de seu território é incorrer em distorções que poderão causar danos irreparáveis à vida e cultura dos Yanomami.

A Dinâmica Demográfica e Social dos Yanomami

Certas áreas do território tradicional Yanomami que no momento atual contam com poucas aldeias ou estão aparentemente "vazias", deverão no futuro, assim como estiveram no passado, ser ocupadas por contingentes populacionais Yanomami. Isto porque os Yanomami apresentam um padrão demográfico de concentração e dispersão sucessivas ao longo do tempo. Tal sistema responde às condições ecológicas e de organização sócio-política dos Yanomami, nos seguintes aspectos:

Movimentos
Populacionais
e Maximização
de Recursos
Naturais

Há uma grande fluidez nos movimentos demográficos dos Yanomami. Aldeias inteiras reúnem-se a ou tras já existentes, para se afastarem anos mais tarde e ocuparem terras antes desocupadas. Esta é uma das razões porque não é possível falar-se de "vazios" com relação ao território Yanomami. O que parece vazio hoje estará ocupado amanhã, de tal modo que os padrões de estabelecimento dessa população só podem ser entendidos e respeitados se levarmos em consideração o fator tempo. A unidade temporal relevante não é o momento presente, mas o espaço de, pelo menos, várias décadas. Obviamente, esse sistema de distribuição humana contribui imensamente para a manutenção do equilíbrio ecológico e demográfico do território Yanomami. Longe de se constituir em questão problemática, o processo espacial-demográfico dos Yanomami deve ser visto como um modelo de maximização no aproveitamento de recursos, com um mínimo de perturbação do meio ambiente pelas populações em apreço. Podemos mencionar, por exemplo, a área do vale do Rio Paduari, no Amazonas, onde existem aparentes "vazios" demográficos. Notemos, entretanto, que a população dos vales dos Rios Demini, Marari e Marauiã, localizados nas imediações do Paduari tem uma população indígena estimada em cerca de 1.700 a 2.000 indivíduos. A expectativa é, portanto, de que excedentes populacionais das aldeias que circundam essas áreas hoje desocupadas irão, mais cedo ou mais tarde, ocupá-las, uma vez que ambas estão totalmente integradas no território indígena tradicional.

Na Serra de Surucucus encontra-se a maior concentração atual de Yanomami no Brasil. Essa concentração já dura, pelo menos duas décadas. Há, entretanto, indícios de que algumas das aldeias comecem agora a se dispersar, havendo ocupado áreas a Nordeste do centro da Serra. A situação ecológica de Surucucus é pobre, com os solos pouco produtivos e escassez de caça. Em suma, Surucucus apresenta as características de uma área super utilizada, que deverá levar a população indígena a mais uma macro-migração, o que permitirá o esvaziamento humano da área, condição necessária para o seu rejuvenescimento ecológico.

Segmentação
Sócio-Política

A necessidade de se manter uma área contínua para os Yanomami prende-se também a fatores de natureza social, política e religiosa, de acordo com as normas Yanomami vigentes. As comunidades indígenas que, por razões a elas totalmente alheias, se vissem permanentemente isoladas umas das outras, ilhadas em territórios insuficientes, teriam várias esferas de sua vida imediatamente atingidas, possivelmente de modo irremediável. Primeiro, dificultaria, ou até mesmo, impediria, as opções matrimoniais entre as aldeias, ameaçando a própria reprodução do grupo e, em consequência, gerando tensões incontrolláveis dentro das aldeias e entre elas. Segundo, as cerimônias funerárias, fundamentais na cultura Yanomami, e que exigem participação intercomunitária, ficariam prejudicadas, senão impedidas, provocando apatia e colapso psicológico capazes de destruir rapidamente sua vida cultural, e assim contribuindo para a desestruturação e extermínio da etnia. Terceiro, deve-se enfatizar que, tanto as cerimônias funerárias, como as alianças matrimoniais, desempenham papel fundamental no processo político Yanomami. Em grande parte, a articulação das atividades religiosas, sociais e políticas regula o processo de expansão e contração da densidade populacional de aldeias e conjuntos de aldeias. O surgimento de facções opostas numa dada comunidade, por exemplo, muito frequentemente leva à separação de parte dessa comunidade, que então se aloja em território próprio, independente do anterior. Para que esse processo se dê de maneira pacífica, é necessário haver terra suficiente capaz de acomodar os grupos que se cindem. Se lhes for negado esse espaço político-geográfico, é inevitável a intensificação de violências e de desagregação no seio das comunidades Yanomami. Portanto, a coesão dos grupos locais depende inteiramente de um território contínuo e adequado.

Adaptação a Epidemias

Ainda com relação à utilização de espaços aparentemente vazios, deve-se mencionar o fato, bastante conhecido, de que, quando ameaçados por epidemias, os membros das aldeias Yanomami separam-se e se dispersam pela floresta onde vivem em abri

gos temporários (tapiris) durante semanas ou meses, até passar o maior perigo. Dessa maneira, mantendo-se distantes uns dos outros por vários quilômetros, eles praticam, com efeito, um sistema de quarentena bastante eficaz e que em muitos casos tem substituído uma ação médica preventiva.

4

Aumento Futuro da População

Um fator importante na avaliação das dimensões do parque proposto é o efeito da assistência médica sobre o crescimento da população Yanomami. Historicamente é sabido que aqueles grupos indígenas que sobrevivem ao impacto do contato e contaminação por parte dos brancos tiveram posteriormente uma fase de recuperação que levou a um aumento populacional grande bastante para que as terras a eles então designadas não fossem mais suficientes para sustentar o grupo inteiro. No próprio caso dos Yanomami, sabemos que em duas comunidades da Venezuela houve um aumento demográfico de 400 para 2.068 indivíduos, ou seja, 400%, em 74 anos (Lizot: 1974). É verdade que esse crescimento se deu na ausência de traumas maiores decorrentes de contato e que, em condições de recuperação pós-contato, tão elevada percentagem não é de se esperar. Entretanto, deve-se levar em conta que a assistência médica prestada aos índios tenderá a minimizar os efeitos destrutivos das doenças ocidentais, provocando uma diminuição de mortalidade infantil. Assim, é de se prever que num futuro não muito remoto, os Yanomami necessitarão de toda a terra de que ora dispõem. No Brasil, um exemplo de aumento populacional resultante de melhores condições médicas, é o caso dos Yanomami do Rio Mucajaí, que em 20 anos tiveram um acréscimo de 200% em sua população.

Necessidade de Controle do Contato e de se Criar Zonas de Amortecimento de Contatos entre Índios e Brancos

Os limites propostos para o Parque Indígena Yanomami consideram a necessidade de se evitar contatos desnecessários entre índios e brancos, que coloquem em risco a integridade física e cultural dos Yanomami. Contatos descontrolados originários da rodovia Perimetral Norte destruíram várias aldeias desses índios, seguindo o que comumente ocorre nestas situações: índios isolados não possuem resistências orgânicas contra doenças corriqueiras em nossa sociedade, como por exemplo, o sarampo, a gripe ou a catapora. Tais doenças têm dizimado tribos inteiras e o mesmo começou a ocorrer entre os Yanomami após a abertura da rodovia. Além dos limites propostos para o parque criarem zonas de proteção territorial para os índios, a própria existência de postos da FUNAI oferecerá a assistência médica indispensável à sua sobrevivência.

É sabido que os Yanomami dos Rios Apiaú e Ajara-ni, por sua proximidade com núcleos regionais, vêm sofrendo continuadas epidemias, que têm sido responsáveis pelo desaparecimento de centenas de índios em menos de 20 anos. É igualmente conhecido o fato de que os Yanomami do vale do Rio Mucajá mostram uma alta incidência de tuberculose; esta doença tem sido contraída em fazendas relativamente próximas a suas aldeias, onde os índios periodicamente se engajam como mão de obra.

Como medida de proteção à população indígena localizada próximo a núcleos regionais, presentes e futuros, a delimitação do parque deverá incluir uma faixa ao longo de seus limites meridionais e orientais. Essa faixa terá a função de amortizar os contatos entre os Yanomami e regionais, protegendo os índios contra o contágio e seus efeitos dizimadores.

Em sua maior parte, a "faixa tampão" representa áreas tradicionais Yanomami, apenas com utilização restrita atualmente.

CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE BEM ESTAR FÍSICO,
MENTAL E SOCIAL

A criação do Parque Indígena Yanomami possibilitará o exercício de maior controle sob o contato interétnico, improbabilizando o circuito de contágio e/ou contaminação, que adquire realidade mediante as trocas de agentes mórbidos, anteriormente peculiares às sociedades em contato.

Considerando o acima exposto, far-se-á necessário a implantação de Programas de Saúde, eminentemente preventivos, que deverão ter como meta prioritária, antecipar-se à provável exploração de recursos naturais - de qualquer fonte - existentes na região. A programação da ação indigenista na área de saúde, deverá obedecer os seguintes parâmetros:

- Imunização coletiva daquela comunidade;
- Executar as ações de saúde, com o grau de dinamização necessário ao confronto com aquela realidade;
- As ações previstas, deverão ser de caráter contínuo e intermitente, objetivando assegurar às comunidades indígenas níveis compatíveis de Bem Estar Físico, Mental e Social, que reflitam o alcance de índices de qualidade de vida adequados, à vivência humana digna e gratificante.
- Para o sucesso e êxito das ações de saúde propostas, tornar-se-á imprescindível o emprego de técnicos de saúde especializados na área específica de saúde pública.

Outrossim, deverão ser previstos mecanismos de motivação, mobilização e capacitação social do índio, para atuar conscientemente em seu próprio benefício, exercendo funções paramédicas e outras.

INTERESSE DE SEGURANÇA NACIONAL

JUSTIFICATIVAS DA CRIAÇÃO DO PARQUE

A área ocupada pelos Índios Yanomami⁽²⁾ representa a maior parte de fronteira brasileira com a Venezuela ocupando cerca de 900 km de uma linha de limites de 1.450 km. A presença da sociedade nacional ocidental na região é pouco significativa.

Inviabilidade de Colonização

A ocupação da fronteira através da colonização é inviável, dadas as condições naturais inadequadas para atividades econômicas que ali estabeleceriam contingentes populacionais elevados.

A colonização é inviável pelas seguintes razões:

Agricultura

A região é inadequada para a agricultura. A área é montanhosa e apresenta em sua maior parte solos de baixa ou muito baixa qualidade para a agricultura, além de vastas áreas recomendadas pelo projeto RADAMBRASIL para proteção ambiental e estações ecológicas.

O prazo máximo de uma agricultura produtiva nas poucas áreas, disponíveis para este fim é de 20

(2) O índio ou silvícola, que habita terras brasileiras e, por lei, brasileiro. A Constituição Brasileira garante a inviolabilidade de suas terras. No capítulo "dos direitos e garantias individuais" é taxativa, ao afirmar que:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça".

anos, segundo os estudos do projeto RADAMBRASIL (vide item Capacidade Natural de Terra).

Pecuária

A região é igualmente inadequada à pecuária. As condições para o plantio de pastos são as mesmas das descritas acima.

Os efeitos demográficos de um sistema econômico baseado na pecuária seriam inexpressivos em termos de colonização; dada a dispersão populacional em que tais sistemas implicam.

Uma colonização implicaria em uma reação dos índios Yanomami em defesa de seu território.

As populações indígenas têm em outras regiões do Brasil oferecido resistência armada às invasões de seu território e os Yanomami têm reagido da mesma forma conforme demonstram os choques com garimpeiros na Serra das Surucucus (vide parte, Situação de Contato - Mineração).

Doenças

A área apresenta precárias condições do ponto de vista médico-sanitário. A área é considerada altamente infestada por malária, doença que tem inviabilizado a colonização de vastas regiões da Amazônia. A região Yanomami é a única em território brasileiro, que apresenta incidência significativa da doença conhecida como oncocercose. O isolamento da área pela criação do parque é necessário para que ela não se espalhe por outras áreas do país.

Já existe na região uma população de 12.000 brasileiros - os Yanomami - adaptada às condições do meio ambiente. Assegurando-se da terra e oferecendo-se uma assistência efetiva, certamente a população aumentará.

VANTAGENS DA CRIAÇÃO DO PARQUE

As vantagens da criação do Parque Indígena Yanomami para a Segurança Nacional são as seguintes:

Presença do Estado

A implantação do parque afirmará a efetiva presença do governo brasileiro na região.

Deverão ser instalados postos de fiscalização do parque - e assistência aos índios. Estes postos serão dotados de equipamentos de rádio-comunicação e campo de pouso, oferecendo uma estrutura concreta de apoio logístico, afirmando a soberania nacional na área. A administração dos postos será efetuada pela FUNAI.

Lealdade ao Estado

Uma assistência contínua aos indígenas Yanomami, garantirá cada vez mais sua lealdade ao Estado Brasileiro.

A presença do governo (FUNAI) na área, aliada à lealdade dos Yanomami ao Estado Brasileiro, assegurarão efetivo controle da área fronteiriça onde vivem.

Reservas Minerais

A criação do parque representará a guarda de reservas minerais para utilização futura.

O projeto RADAMBRASIL tem demonstrado a existência de minérios estratégicos na área Yanomami. É de interesse nacional a criação de reservas. Com a criação do parque esses recursos minerais permanecerão intocáveis até que ocorra uma premente necessidade de sua utilização.

Considerando-se as dificuldades de acesso à região, a presença dos índios Yanomami e a forma predatória e anti-econômica em que tem sido tentada a mineração na área, é do maior interesse que as suas riquezas naturais permaneçam protegidas até que sua utilização racional seja indispensável à economia brasileira.

DEFESA DA ECOLOGIA DA REGIÃO NORTE-AMAZÔNICAConservação da Natureza pelo Índio

Os grupos indígenas que mantêm o seu padrão tradicional de exploração do habitat, vivem em um sistema equilibrado de trocas com o meio ambiente.

Os grupos Yanomami, deslocando-se periodicamente, em busca de novas áreas para roças, para caça, pesca e coleta, praticam, com efeito, um sistema de rodízio, que permite a regeneração dos solos, da fauna e da flora. Estudos recentes de ecólogos apontam a presença dos Yanomami na região como benéfica à sua preservação, encorajando, com suas práticas de utilização de recursos, o processo de rejuvenescimento da biomassa. A proteção dos índios e de suas terras "ajudará enormemente na conservação efetiva das unidades centrais de conservação de floresta rica, que eles quase nunca penetram. ...Os índios promoverão a sucessão secundária contínua em locais isolados e separados na zona de tampão, assim ajudando a manter a diversidade biológica de sistemas e de espécies da floresta, desde ácaros, bactérias, palmeiras, samambaias, até grandes felinos, que dependem desta 'perturbação branda' para continuar existindo em sistemas de floresta." (Brown, Keith: 1979).

Um outro ecólogo assim se expressa: "Do ponto de vista da conservação da natureza, as principais características de um parque indígena são a baixa densidade de população humana, a tradição conservacionista e a pequena capacidade de destruição do ambiente que tem o índio.

Havendo espaço, o silvícola não deteriora seu habitat. A própria agricultura de roça ('slash and burn'), por muito tempo considerada predatória, é hoje reconhecida como de alto valor adaptativo, desde que haja espaço suficiente para uma rotatividade adequada de pequenas roças. Clareiras pequenas, deixadas bastante 'sujas' pela ineficiência das ferramentas indígenas, regeneram-se muito rapidamente.

O extrativismo do índio, em termos de caça e pesca, é facilmente absorvido pelos mecanismos de regulação populacional das espécies predadas. ... (Vanzolini: 1980).

Valor Científico do Eco-Sistema

No limite oeste do parque encontra-se o Parque Nacional do Pico da Neblina, parte do qual acha-se dentro da área do Parque Yanomami. No quadrante NE do parque encontra-se a Reserva Florestal do Parima, criada em 1961 e que no decreto de sua criação (Nº 51.0202/61) já tem previsto o respeito ao direito das populações indígenas.

Considerando-se as recomendações dos técnicos do projeto RADAMBRASIL de que as áreas de capacidade de natural não significante e muito baixa devem ser tomadas como prioritárias para a conservação ecológica e que cerca de 1/2 da área do Parque Yanomami já está compreendida no Parque do Pico da Neblina, na Reserva Florestal do Parima, ou em áreas compreendidas como prioritárias para a preservação ecológica, não é aproveitável em termos de ocupação agrícola pela sociedade nacional pelas condições naturais da terra.

Por outro lado, o isolamento e defesa da área guardarão um patrimônio genético de espécies animais e vegetais das quais muitas são ainda desconhecidas. (Brown: 1979). "Em um parque indígena as restrições à coleta zoológica podem ser menos severas que aquelas mandatórias nas reservas intocáveis. Essas áreas constituem um patrimônio científico precioso; do ponto de vista prático, seu valor ainda é mais alto, pela abundância de bons auxiliares de coleta, a saber, os próprios índios e os funcionários residentes. É condição indispensável, porém, que as áreas sejam grandes e contínuas. De outra maneira, a densidade das atividades agrícolas e extrativistas determinará rápida e irreversível deterioração do ambiente e liquidação do valor científico." (Vanzolini: 1980).

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA

MUNICÍPIOS : CARACARAÍ - RR
BOA VISTA - RR
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

ÁREA APROXIMADA : 10.095.945 HA.

PERÍMETRO APROXIMADO : 2.950 KM.

Iniciando-se no marco H-2, de coordenadas geográficas 04º09'32" N e 62º03'16" WGr, situado no limite internacional BRASIL-VENEZUELA, às proximidades da cabeceira do Rio ICABARO (do lado Venezuelano), segue-se por uma linha reta, até o PONTO "1" de coordenadas geográficas aproximadas 04º08'30" N e 62º03'20" WGr, situado na cabeceira de um Igarapê sem denominação; daí, segue-se por este a jusante, até a sua confluência com um outro Igarapê sem denominação, no PONTO "2" de coordenadas geográficas aproximadas 04º02'10" N e 62º02'10" WGr; daí, segue-se a jusante pelo citado Igarapê, afluente da margem esquerda do Rio AMAJARI, até o PONTO "3" de coordenadas geográficas aproximadas 04º00'10"N e 62º05'50" WGr, situado na confluência do Igarapê citado com o Rio AMAJARI; daí, segue-se pelo RIO AMAJARI a jusante, até o PONTO "4" de coordenadas geográficas aproximadas 03º57'40" N e 62º03'30" WGr, situado na confluência do Rio mencionado com

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

um Igarapé sem denominação, seu afluente da margem esquerda; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "5" de coordenadas geográficas aproximadas 03957'00" N e 62905'00" WGr, situado na confluência de dois Igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo Igarapé principal, sem denominação, até a sua confluência com o RIO TRAÍDA, do qual é afluente da margem esquerda no PONTO "6" de coordenadas geográficas aproximadas 03950'00" N e 62902'00" WGr; daí, segue-se pelo RIO TRAÍDA a jusante, até sua confluência com um Igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita no PONTO "7" de coordenadas geográficas aproximadas de 03939'30" N e 61955'00" WGr; daí, segue-se a montante pelo Igarapé citado, até sua confluência com outro Igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita no PONTO "8" de coordenadas geográficas aproximadas 03937'20" N e 62904'30" WGr; daí, segue-se a montante pelo Igarapé citado, até sua confluência com um Igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita no PONTO "9" de coordenadas geográficas aproximadas 03935'40" N e 62905'20" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "10" de coordenadas geográficas aproximadas 03933'10" N e 62904'40" WGr, situado na confluência de dois Igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo Igarapé principal, sem denominação, até a sua confluência com o IGARAPÉ TUCUNARU do qual é afluente da margem esquerda no PONTO "11" de coordenadas geográficas aproximadas 03928'30" N e 62904'30" WGr; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ TUCUNARU, até a sua confluência com o RIO URARICAÁ, do qual é afluente da margem esquerda no PONTO "12" de coordenadas geográficas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

aproximadas 03º25'20" N e 62º04'40" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO UARICAA, até a sua confluência com o FURO SANTA ROSA, do qual é afluente da margem esquerda no PONTO "13" de coordenadas geográficas aproximadas 03º20'00" N e 61º55'40" WGr; daí, segue-se a montante pelo FURO SANTA ROSA, até a sua defluência com um Igarapé sem denominação, no PONTO "14" de coordenadas geográficas aproximadas 03º17'00" N e 61º56'30" WGr ; daí, segue-se a jusante pelo Igarapé citado, até a sua confluência com o FURO MARACÁ, no PONTO "15" de coordenadas geográficas aproximadas 03º16'20" N e 61º52'00" WGr; daí, segue-se a jusante pelo FURO MARACÁ, até a sua confluência com um Igarapé sem denominação, que é seu afluente da margem direita, no PONTO "16" de coordenadas geográficas aproximadas 03º15'20" N e 61º48'00" WGr; daí, segue-se a montante pelo Igarapé citado, até a sua confluência com outro Igarapé sem denominação, no PONTO "17" de coordenadas geográficas aproximadas 02º59'40" N e 61º50'10" WGr ; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "18" de coordenadas geográficas aproximadas 02º56'10" N e 61º43'30" WGr, situado na confluência de dois Igarapés, sem denominação; daí, segue-se pelo Igarapé principal, sem denominação, até a sua confluência com o RIO MUCAJAI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "19" de coordenadas geográficas aproximadas 02º56'10" N e 61º37'50" WGr; daí, segue-se a montante pelo RIO MUCAJAI, até a sua confluência com um Igarapé sem denominação, seu afluente da margem esquerda, no PONTO "20", de coordenadas geográficas aproximadas 02º42'00" N e 61º50'20" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "21" de coordenadas geográficas aproximadas 02º38'00" N e 61º47'50" WGr, situado na ca-

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo citado Igarapé, até a sua confluência com o RIO APIAÚ, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "22" de coordenadas geográficas aproximadas 02º34'40" N e 61º40'00" WGr; daí, segue-se a montante pelo RIO APIAÚ, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "23" de coordenadas geográficas aproximadas 02º22'00" N e 62º02'10" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, no PONTO "24" de coordenadas geográficas aproximadas 02º17'40" N e 62º01'00" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "25" de coordenadas geográficas aproximadas 02º11'00" N e 62º01'50" WGr, situado na cabeceira de um outro igarapé sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo citado igarapé até a sua confluência com o Rio AJARANI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "26" de coordenadas geográficas aproximadas 02º00'30" N e 61º54'10" WGr; daí, segue-se a jusante pelo Rio AJARANI, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "27" de coordenadas geográficas aproximadas 01º34'10" N e 61º18'10" WGr, daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, no PONTO "28" de coordenadas geográficas aproximadas 01º30'30" N e 61º21'30" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "29" de coordenadas geográficas aproximadas 01º30'00" N e 61º27'50" WGr, situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com o IGARAPÉ ÁGUA VERDE, no PONTO "30" de coordenadas geográficas aproximadas 01º27'20" N e

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

61º28'40" WGr; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ ÁGUA VERDE, até a sua confluência com o Rio ÁGUA BOA DO UNIVINI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "31" de coordenadas geográficas aproximadas 01º27'00" N e 61º34'20" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO ÁGUA BOA DO UNIVINI, até a sua confluência com RIO CAPIVARA, seu afluente da margem direita no PONTO "32" de coordenadas geográficas aproximadas 01º03'40" N e 61º44'40" WGr; daí, segue-se a montante pelo RIO CAPIVARA, até a sua confluência com o IGARAPÉ ÁGUA BRANCA, seu afluente da margem direita, no PONTO "33" de coordenadas geográficas aproximadas 01º05'50" N e 61º55'50" WGr; daí, segue-se a montante pelo IGARAPÉ ÁGUA BRANCA, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, no PONTO "34" de coordenadas geográficas aproximadas 01º06'20" N e 62º04'50" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "35" de coordenadas geográficas aproximadas 01º02'20" N e 62º07'20" WGr, situado na confluência do RIO CATRIMANI com um IGARAPÉ sem denominação, seu afluente da margem esquerda; daí, segue-se a jusante pelo RIO CATRIMANI, até a sua confluência com o IGARAPÉ ARAPIXI, seu afluente da margem direita, no PONTO "36" de coordenadas geográficas aproximadas 00º55'50" N e 62º05'00" WGr, daí, segue-se a montante pelo IGARAPÉ ARAPIXI, até a sua confluência com um IGARAPÉ sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "37" de coordenadas geográficas aproximadas 00º56'30" N e 62º14'50" WGr, daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "38" de coordenadas geográficas aproximadas 00º56'00" N e 62º20'10" WGr, situado na confluência de dois IGARAPÉS sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ principal, até a sua confluência com o RIO XERIUINI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "39" de coordenadas geográficas aproximadas

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

00º50'30" N e 62º23'00" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO XERIUINI, até a sua confluência com um IGARAPÉ sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "40" de coordenadas geográficas aproximadas 00º45'40" N e 62º24'20" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "41" de coordenadas geográficas aproximadas 00º47'20" N e 62º31'00" WGr, situado na confluência de dois IGARAPÉS sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ principal até o PONTO "42" de coordenadas geográficas aproximadas 00º45'10" N e 62º32'50" WGr, situado na confluência deste com um afluente (sem denominação) da margem esquerda do RIO DEMINI; daí, segue-se a jusante pelo citado afluente (sem denominação), até a sua confluência com o RIO DEMINI, no PONTO "43" de coordenadas geográficas aproximadas 00º44'50" N e 62º33'20" WGr, daí, segue-se a jusante pelo RIO DEMINI, até a sua defluência com o PARANÁ DO MURUÍ, no PONTO "44" de coordenadas geográficas aproximadas 00º37'10" N e 62º39'00" WGr; daí, segue-se a jusante pelo PARANÁ DO MURUÍ, até a sua confluência com um IGARAPÉ sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "45" de coordenadas geográficas aproximadas 00º36'00" N e 62º40'10" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado IGARAPÉ até a sua confluência com outro IGARAPÉ sem denominação, no PONTO "46" de coordenadas geográficas aproximadas 00º39'40" N e 62º43'20" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "47" de coordenadas geográficas aproximadas 00º39'20" N e 62º46'00" WGr, situado na confluência do IGARAPÉ GRANDE com o IGARAPÉ CUJUBIM; daí, segue-se a montante pelo IGARAPÉ CUJUBIM, até a sua cabeceira, no PONTO "48" de coordenadas geográficas aproximadas 00º50'30" N e 63º17'10" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "49" de coordenadas geo

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

gráficas aproximadas 00º51'10" N e 63º19'00" WGr, situado na confluência do RIO CUIEIRAS com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita; daí, segue-se a jusante pelo RIO CUIEIRAS, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "50" de coordenadas geográficas aproximadas 00º42'20" N e 63º22'40" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "51" de coordenadas geográficas aproximadas 00º53'10" N e 63º31'20" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "52" de coordenadas geográficas aproximadas 00º52'40" N e 63º34'00" WGr, situado na confluência do RIO ITU com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "53" de coordenadas geográficas aproximadas 00º54'10" N e 63º37'30" WGr, situado na confluência do RIO JAVARI com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita; daí, segue-se a jusante pelo RIO JAVARI, até a sua confluência com o RIO ARAÇÁ, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "54" de coordenadas geográficas aproximadas 00º46'40" N e 63º44'10" WGr; daí, segue-se a montante pelo RIO ARAÇÁ, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, no PONTO "55" de coordenadas geográficas aproximadas 01º07'40" N e 64º09'40" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "56" de coordenadas geográficas aproximadas 01º05'50" N e 64º12'05" WGr; situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com o RIO PADUARI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "57" de coordenadas geográficas aproximadas 01º02'15" N e 64º16'00" WGr; daí, segue-se a jusante pelo

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RIO PADUARI, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "58" de coordenadas geográficas aproximadas 00º49'05" N e 64º26'40" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "59" de coordenadas geográficas aproximadas 00º54'30" N e 64º43'10" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "60" de coordenadas geográficas aproximadas 00º51'30" N e 64º48'00" WGr, situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com o RIO PRETO, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "61" de coordenadas geográficas aproximadas 00º49'50" N e 64º48'30" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO PRETO, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "62" de coordenadas geográficas aproximadas 00º48'40" N e 64º48'50" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "63" de coordenadas geográficas aproximadas 00º47'00" N e 64º51'00" WGr, situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "64" de coordenadas geográficas aproximadas 00º38'00" N e 64º51'20" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé sem denominação até a sua confluência com outro igarapé, também, sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "65" de coordenadas geográficas aproximadas 00º37'40" N e 64º52'50" WGr; daí, segue-se a montante por este citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, no PONTO "66" de co-

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

coordenadas geográficas aproximadas 00º32'30" N e 64º55'10" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "67" de coordenadas geográficas aproximadas 00º26'00" N e 64º57'40" WGr, situado na confluência de dois igarapês sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com o RIO GUARIBA, do qual é afluente da margem direita, no PONTO "68" de coordenadas geográficas aproximadas 00º24'50" N e 64º57'30" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO GUARIBA, até, a sua confluência com o RIO MARAUIÁ, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "69" de coordenadas geográficas aproximadas 00º18'20" N e 65º02'00" WGr; daí, segue-se a montante pelo RIO MARAUIÁ, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "70" de coordenadas geográficas aproximadas 00º21'50" N e 65º06'00" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, seu afluente da margem esquerda, no PONTO "71" de coordenadas geográficas aproximadas 00º25'30" N e 65º20'40" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "72" de coordenadas geográficas aproximadas 00º23'10" N e 65º28'10" WGr, situado na confluência do IGARAPÉ ABUERA com outro igarapé sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ ABUERA, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "73" de coordenadas geográficas aproximadas 00º18'00" N e 65º29'50" WGr; daí, segue-se a montante por este citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "74" de coordenadas geográficas aproximadas 00º20'30" N e 65º35'50" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o PONTO "75" de coordenadas geográficas aproximadas 00º22'00" N e

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

65º43'10" WGr, situado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo igarapé principal, até a sua confluência com o RIO MAIÃ, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "76" de coordenadas geográficas aproximadas 00º23'20" N e 65º50'30" WGr; daí, segue-se a jusante pelo RIO MAIÃ, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "77" de coordenadas geográficas aproximadas 00º15'30" N e 65º58'30" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "78" de coordenadas geográficas aproximadas 00º16'30" N e 65º58'40" WGr; daí, segue-se a montante por este citado igarapé, até o PONTO "79" de coordenadas geográficas aproximadas 00º18'50" N e 66º00'30" WGr, situado na sua cabeceira; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "80" de coordenadas geográficas aproximadas 00º19'10" N e 66º01'00" WGr, situado na cabeceira do IGARAPÉ MAFI; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ MAFI, até a sua confluência com um igarapé sem denominação, seu afluente da margem direita, no PONTO "81" de coordenadas geográficas aproximadas 00º17'10" N e 66º04'50" WGr; daí, segue-se a montante pelo citado igarapé, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, no PONTO "82" de coordenadas geográficas aproximadas 00º19'40" N e 66º08'10" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "83" de coordenadas geográficas aproximadas 00º22'50" N e 66º16'10" WGr, situado na confluência do IGARAPÉ ABACATE com um igarapé sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ ABACATE, até a sua confluência com o RIO CAUABURI, do qual é afluente da margem esquerda, no PONTO "84" de coordenadas geográficas aproximadas 00º21'30" N e

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

60°17'50" WGr; daí, segue-se a montante pelo Rio CAUABURI, até a sua confluência com a IGARAPÉ BUS SU, seu afluente da margem direita, no PONTO "85" de coordenadas geográficas aproximadas 00°29'10" N e 66°17'10" WGr; daí, segue-se a montante pelo IGARAPÉ BUSSU, até a sua confluência com um igarapê sem denominação, seu da margem esquerda, no PONTO "86" de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'20" N e 66°18'00" WGr; daí, segue-se por uma linha reta, até o PONTO "87" de coordenadas geográficas aproximadas 00°38'20" N e 66°14'10" WGr, situado na confluência do IGARAPÉ BRANCO com um igarapê sem denominação; daí, segue-se a jusante pelo IGARAPÉ BRANCO, até a confluência com o CANAL MATURACÁ, do qual é afluente da margem direita, no PONTO "88" de coordenadas geográficas aproximadas 00°40'00" N e 66°12'10" WGr; daí, segue-se a montante pelo CANAL MATUPACÁ, até o MARCO DO SALTO HUÁ, de coordenadas geográficas 04°45'09" N e 66°19'38" WGr, situado no limite internacional BRASIL/VENEZUELA e na margem direita do CANAL MATURACÁ, a 30 metros, aproximadamente, do meio do SALTO HUÁ (esse é o marco inicial da LINHA GEODÉSIA DO HUÁ-CUCUÍ); daí, segue-se no rumo NE, pelo citado limite internacional, até o MARCO H-2, ponto origem deste descritivo.

OBS.: - O PRESENTE MEMORIAL DESCRITIVO FOI ELABORADO COM BASE NAS CAPTAS PLANIMÉTRICAS, NA ESCALA DE 1:250000, DO PROJETO RADAMBRA-SIL.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

INFRAESTRUTURA DO PARQUE

Escritório Central

Para uma infraestrutura adequada e o funcionamento imediato do Parque Indígena Yanomami, recomenda-se criar fora do perímetro do Parque, possivelmente na cidade de Boa Vista, um escritório central para fins de:

- 1) controle de entrada no Parque;
- 2) orientação sobre a sociedade Yanomami;
- 3) comunicação (rádio-comunicação); e
- 4) abastecimento (bens para troca, medicamentos, alimentação).

Recomendações Básicas

Esse escritório central estaria estreitamente articulado com os postos de controle dentro da área do Parque e também teria contato direto com outros centros nacionais.

Recomenda-se a implantação de um número adequado de postos e a manutenção e controle dos contatos, troca de bens, como também para uma assistência sanitária permanente.

Serão instalados postos ao longo das fronteiras e outros em áreas estratégicas para fiscalização da entrada de estranhos, de maneira a evitar conflitos que acarretassem em violência ou abusos entre índios e brancos. Esse controle será também aplicado de maneira a evitar que os índios fiquem expostos à contaminação física e exploração econômica e social que advenham de contatos com elementos da sociedade regional.

Cada posto será equipado com uma farmácia, ambulatório e geladeira (necessária para a preservação de vacinas) e transporte e comunicação necessária para efetivar um plano de saúde e levar a efeito não apenas o controle eficaz do parque, mas um plano de saúde efetivo e a imunização da população Yanomami.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Recomenda-se ainda que os postos de controle ao longo das fronteiras sejam localizados em áreas afastadas de grandes concentrações indígenas.

Um levantamento minucioso da área deveria preceder a instalação dos postos de modo que sua localização obedeça a critérios racionais onde os interesses dos indígenas sejam respeitados.

A administração poderá, quando for o caso, ser realizada conjuntamente com órgãos de proteção ambiental.

Está prevista a implantação do controle e tratamento da oncocercose pelo Ministério de Saúde que atualmente realiza o treinamento de uma equipe que será responsável por essa atividade.

Pesquisas sobre oncocercose foram iniciadas em 1972 (Dr. Mario Morais do Instituto Evandro Chagas e Dr. Rossi da OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde) e serão dinamizadas a partir de 1980. Em consequência está prevista a construção de dois hospitais de campanha, um na área do Toototobi e o outro na área de Surucucus.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

REFERÊNCIAS CITADAS

- Albert, B.,
Zacchini, C.,
Andujar, C. Parque Indígena Yanomami, Proposta de Criação e Justificativas, CCPY - Comissão pela Criação do Parque Yanomami, São Paulo.
- Andujar, C.
1978 Mitopoemas Yanomam, Olivetti do Brasil, São Paulo.
- Becher, H.
1974 Poré/Perimbõ, Völkerkundliche Abhandlungen - Band VI, Hannover.
- Biocca, E.
1968 Yanoama, Récit d'une Femme Brésilienne Enlevée par les Indiens, Paris: Edition Plon, Collection "Terre Humaine".
- Brás Dias de
Aguiar Geografia Amazônica nas Fronteiras do Norte. Revista Brasileira de Geografia, ano VI, nº 3.
- Brown, K.
1979 Relatório encomendado pelo IBDF/FBCN. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Zoologia e Instituto de Biologia.
- Cape, N.R.
1975 Report on a survey of the Yanoama population of the Catrimani, Ajarani and Apiaú river valleys. Unpublished ms.
- Chagnon, N.A.
1968 a Yanomamö, The Fierce People, New York: Holt, Rinehart and Winston.
- 1968 b The culture-ecology of shifting cultivation among the Yanomamö Indians. Proceedings of the VIIIth International Congress of Anthropological and Ethnological Science, Vol. 3: 249-255. Tokyo.
- Constituição
Brasileira E.C. 1/69 Artigo 198. E.C. 1/69 Artigo 153 Parágrafo 1º.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Coudreau, H.
1887 La France équinoxiale - Voyage à travers les Guiannes et l'Amazonie. Vol. 2. Paris.
- Ferreira, Reis
A.C.
1944 As cabeceiras do Orinoco e a fronteira brasileiro-venezuelana. Revista Brasileira de Geografia, ano VI, nº 2. Rio de Janeiro.
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
1969 Lei Nº 5.371 de 5.12.67. Estatutos. Decretos de Criação de Parques e Reservas.
- 1977 a Viagem de estudos no território Yanomami, cumprindo determinação da Portaria no. 252/P de 6.5.77. e conforme solicitação contida no processo FUNAI/BSB nº 4585/76.
- 1977 b Levantamento aéreo Yanomami feito pelo subgrupo de trabalho "XVIII"-Roraima de acordo com a Portaria no. 304/P de 17.6.77.
- Hamilton Rice, A.
1921 The Rio Branco, Uraricoera and Parima. Geographical Journal, Vol. 71. London.
- Holdridge, D.
1930 Exploration between the Rio Branco and the Serra Parima. Geographical Review, No. 23.
- Humboldt, A.Von
1860 Reise in die Äquinoctialgegenden des neuen Kontinents. Bd. IV, Deutsche Bearb. V. Hermann Hauff. Stuttgart.
- Koch-Grünberg, T.
1912 Mitteilungen aus einem Brief von rio Arakasa (alto Uraricoera) Korrespondenz - Blatt der Deutschen Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie, und Urgeschichte, Bd. XLIII. Braunschweig.
- Lizot, J.
1974 El Hombre de la Pantorilla Preñada y otros Mitos Yanomamí. Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Monografía no. 21. Caracas.
- 1977 Population, Ressources et Guerre chez les Yanomamí. Libre 2. Paris: Payot.
- Meggers, B.
1971 Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise. Chicago: Aldine.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Migliazza, E.C.
1972 Yanomama Grammar and Intelligibility, Ph.D. Dissertation. Bloomington: Indiana University.
- 1978 The Integration of the Indigenous People of the Territory of Roraima, Brazil. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA) Document 32.
- Moraes, Mário A.P.
et al.
1974 Oncocercose no Brasil. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, no. 76.
- Projeto
RADAMBRASIL
1975 Volumes 8 e 11. Cartas Planimétricas na Escala de 1:250.000.
- NA.19-Z-D.
- NA.20-V-B/D.
- NA.20-X-A/C.
- NA.20-Y-A/B/C/D.
- NA.20-Z-A/B/C/D.
- NA.20-Z-C.
- Ramos, A.R.
1977 El Índio y los Otros: La Visión Multi-étnica de un Índio Maiongong. America Indígena. 37: 89-111.
- Ramos, A.R. e
Albert, B
1977 Yanoama Descent and Affinity: The Sanumá/Yanomam Contrast. Atas do 42º Congresso Internacional de Americanistas. Paris: 1976, Vol. II.
- Salathé, G.
1932 Les Indiens Karimé. Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán. Tomo II/2. Argentina.
- Spielman, R.F.,
Migliazza, E.,
Niel, J.,
Gershowitz, H.
1979 The Evolutionary Relationship of two Populations: A Study of the Guaymi and the Yanomama. Riena Torres de Arauz. Current Anthropology, Vol. 20, Nº 2.
- Smole, W.J.
1976 The Yanoama Indians. A Cultural Geography. Austin and London: University of Texas Press.
- Schomburgk, R.H.
1841 Reisen in Guiana und am Orinoco während der Jahre 1835 bis 1839. Heraus. von O.A. Schomburgk. Leipzig.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- Taylor, K.,
Ramos, A.R.,
Albert, B.,
Zacchini, C. e
Andujar, C.
1979
- The Yanoama in Brazil, 1979. ARC/IWGIA/SI
Document no. 37. Copenhagen.
- Taylor, K.
1974
- Sanumã Fauna: Prohibitions and Classifica-
tions. Monograph no. 18. Caracas Funda-
ción La Salle de Ciencias Naturales.
- Vanzolini, P.E.
1980
- Conservação e Utilização Científica da Fau-
na de um Parque Indígena. Museu de Zoolo-
gia, Universidade de São Paulo.
- Zerries, O. e
M. Schuster
1974
- Mahekodotedi, Klaus Renner Verlag.